



UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social

GABRIEL MANDIA PANTALEÃO

**CRISE DOS MOVIMENTOS OPERÁRIOS NO MUNDO:
AS MUDANÇAS DO SÉC. XX E OS DESAFIOS PARA O SÉC.
XXI A PARTIR DE SILVER E HARVEY**

RIO DE JANEIRO
2024

GABRIEL MANDIA PANTALEÃO

CRISE DOS MOVIMENTOS OPERÁRIOS NO MUNDO:

**as mudanças do séc. XX e os desafios para o séc. XXI a partir de
Silver e Harvey**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Antônio das Neves Bezerra

CIP - Catalogação na Publicação

P197c Pantaleão , Gabriel Mandia
 Crise dos Movimentos Operários no Mundo: mudanças
do séc. XX e os desafios para o séc. XXI a partir
de Silver e Harvey / Gabriel Mandia Pantaleão . --
Rio de Janeiro, 2024.
51 f.

 Orientador: Gustavo Antônio das Neves Bezerra.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,
Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento
Econômico e Social, 2024.

 1. Movimento operário . 2. Globalização . 3. Pós
fordismo . 4. Terceirização . 5. Sindicalismo . I.
Bezerra, Gustavo Antônio das Neves , orient. II.
Título.

GABRIEL MANDIA PANTALEÃO

CRISE DOS MOVIMENTOS OPERÁRIOS NO MUNDO: AS MUDANÇAS DO SÉC. XX E OS DESAFIOS PARA O SÉC. XXI A PARTIR DE SILVER E HARVEY

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Aprovado em:17/12/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



GUSTAVO ANTONIO DAS NEVES BEZERRA
Data: 30/12/2024 11:12:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Gustavo Antônio das Neves Bezerra
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Documento assinado digitalmente



SABRINA DE OLIVEIRA MOURA DIAS
Data: 30/12/2024 13:24:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Sabrina de Oliveira Moura Dias
Universidade Federal Fluminense - UFF

Documento assinado digitalmente



ISABELLE CRISTINA DA SILVA PIRES
Data: 30/12/2024 21:45:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Isabelle Cristina da Silva Pires
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

**Dedico este trabalho a Olga Mandia, minha avó,
que me incentivou a continuar os estudos.
Sem você este caminho não seria possível.
Muito obrigado por acreditar em mim!**

“Nos estados do sul meus inimigos eram quem exploravam aos escravos negros; nos do norte, quem quer perpetuar a escravidão dos operários.”

(Albert Parsons)

“Estados Unidos é um país de tirania capitalista e do mais cruel despotismo policial.” (Louis Lingg)

“Milhões de trabalhadores passam fome e vivem como vagabundos. Inclusive os mais ignorantes escravos do salário se põem a pensar. Sua desgraça comum lhes faz compreender que necessitam unir-se e o fazem.” (Michael Schwab)

“Eu fiz o quanto pude para fundar a Central Operária e engrossar suas fileiras; agora é a melhor organização operária de Chicago; tem 10.000 associados. É o que eu posso dizer de minha vida operária.” (Oscar Neeb)

“Os operários nada podem esperar da legislação. A lei é somente um biombo para aqueles que lhes escravizam.” (Samuel Fielden)

“Sei que é impossível convencer aos que mentem por ofício; aos mercenários diretores da imprensa capitalista, que cobram por suas mentiras.” (Adolf Fischer)

“Todos os trabalhadores devem preparar-se para uma última guerra que porá fim a todas as guerras.” (George Engel)

“Podem me sentenciar, mas ao menos que se saiba que no estado de Illinois oito homens foram condenados por não perderem a fé no último triunfo da liberdade e da justiça.” (August Spies)

“Um dia nosso silêncio será mais forte que as vozes que hoje vocês estrangulam” (Haymarket Martyrs’ Monument)

Resumo

Este trabalho busca fazer um debate introdutório sobre a crise dos movimentos operários em um contexto mundo no séc. XX, a partir do trabalho de Beverly J. Silver em seu livro: “forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870”; e de forma complementar o David Harvey – com o livro: “condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural”. Abordando as transformações macroestruturais que resultaram na destruição das relações estáveis de trabalho, nos pactos sociais, nas soberanias dos Estados, na terceirização, no enfraquecimento dos sindicatos e dos partidos trabalhistas e no aparente cenário de derrotismo dos movimentos trabalhistas nacionais e internacionais frente ao modelo de acumulação flexível. Dentro do debate, existem aqueles que entendem tais transformações, representada pela rubrica de globalização, como novas e sem precedentes, resultando na situação de crise terminal do movimento operário; de outro lado, aqueles que entendem os movimentos operários em constante transformação, o qual expressa períodos de crescimento e decrescimento ao longo de sua trajetória histórica. Neste trabalho, usaremos esta última abordagem, argumentando que os processos de reestruturação político-econômica e produtiva, junto com os constantes deslocamentos produtivos, não estariam sendo suficientes para resolver o problema de controle da força de trabalho ao longo prazo, e nem com as sucessíveis crises de lucratividade e legitimidade do capital. Não só isto, mas como tais transformações seriam resultado direto da luta de classes, traduzida no eterno conflito entre trabalho-capital. Portanto, olhando para a trajetória de transformação da indústria automobilística no séc. XX, e como o movimento operário obedeceu a tal dinâmica pretende-se identificar os limites destas mudanças e os desafios para o séc. XXI.

Palavras-Chaves: movimento operário; globalização; pós-fordismo; terceirização; sindicalismo.

Abstract

This work seeks to create an introductory debate on the crisis of labor movements in a global context in the 21st century. XX, based on the work of Beverly J. Silver in her book: "labor forces: worker movements and globalization since 1870"; and in a complementary way to David Harvey – with the book: "post-modern condition: a survey on the origins of cultural change". Addressing the macrostructural transformations that resulted in the destruction of stable labor relations, social pacts, state sovereignty, outsourcing, the weakening of unions and labor parties and the apparent defeatist scenario of national and international labor movements in the face of the flexible accumulation. Within the debate, there are those who understand such transformations, represented by the rubric of globalization, as new and unprecedented, resulting in the situation of terminal crisis of the labor movement; on the other hand, those who understand labor movements in constant transformation, which express periods of growth and decline throughout their historical trajectory. In this work, we will use this last approach, arguing that the processes of political-economic and productive restructuring, together with the constant productive displacements, would not be sufficient to solve the problem of controlling the workforce in the long term, nor with the successive crises of profitability and legitimacy of capital. Not only this, but such transformations would be a direct result of the class struggle, translated into the eternal conflict between labor and capital. Therefore, looking at the trajectory of transformation of the automobile industry in the century. XX, and how the labor movement obeyed such dynamics, we intend to identify the limits of these changes and the challenges for the century. XXI.

Keywords: labor movement; globalization; post-fordism; outsourcing; unionism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Metodologia	11
1.2	Introdução da crise dos movimentos operários.....	12
1.3	Conflito entre capital-trabalho	14
1.4	Crise de lucratividade e crise de legitimidade.....	16
1.5	Poder de barganha dos trabalhadores	18
2	OFENSIVA DO CAPITAL: SOLUÇÕES DOS CAPITALISTAS E MODELOS PRODUTIVOS	20
2.1	Controle do capital: domínio do tempo e do espaço para a obtenção de lucro	20
2.1.1	Soluções do capital: espacial e tecnológica/organizativa.....	23
2.1.2	Solução de produto	28
2.2	Modelo produtivos	30
2.2.1	Fordismo.....	31
2.2.2	Toyotismo (produção enxuta-e-dual).....	35
2.2.3	Pós-fordismo (produção enxuta-e-cruel)	36
3	MOBILIDADE DE CAPITAL NA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA E O MOVIMENTO OPERÁRIO NO MUNDO (SÉC.XX)	39
3.1	Caso dos EUA.....	43
3.2	Caso brasileiro	44
4	CONCLUSÃO	47
	REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos séculos as sociedades humanas experimentaram transformações/mudanças significativas em todos os aspectos e de maneira extremamente acelerada. O que conhecemos como “sociedade moderna” é nada mais do que um marcador de ruptura com o passado (HARVEY, 1989). Assim, como descreve Berman (1982)

Ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo - e, ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. Os ambientes e experiências modernos cruzam todas as fronteiras da geografia e da etnicidade, da classe e da nacionalidade, da religião e da ideologia; nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une toda a humanidade. Mas trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desunidade; ela nos arroja num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. (p.15 apud HARVEY, 1989, p.21)

Em outras palavras, a modernidade, enquanto processo histórico, se possível for defini-la em apenas uma simples frase, seria: “ruptura com o passado para o progresso futuro”. Assim dizendo, rompe com as explicações religiosos de mundo, com o modo de vida de subsistência no campo, com as relações humanas moldadas pelo afetivo, com as arbitrariedades nas esferas de poder; e substituí pela ciência, pela indústria, pelo mercado, pelas leis, códigos morais e princípios universais, pela organização social racionalizada (HARVEY, 1989) etc.

Esse processo histórico, chamado por Habermas de “projeto da modernidade” (1983, apud HARVEY, 1989, p.23), teve início no séc. XVIII com a influência do iluminismo. A ideia era superar o obscurantismo religioso a partir do domínio científico da natureza, visando não só compreendê-la de maneira racional, mas, principalmente, domesticá-la. Nesse sentido, esse projeto acima de tudo prometia a “liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais” (HARVEY, 1989, p. 23), trazendo com sigo um otimismo em relação ao progresso futuro que perdurou ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Contudo, os eventos que marcaram o séc. XX – duas guerras mundiais, campos de concentração, ameaça de destruição nuclear com as experiências de Hiroshima e Nagasaki – acabaram com esse otimismo (HARVEY, 1989); ou pior, “há a suspeita de que o projeto do iluminismo estava fadado a voltar-se contra si mesmo

e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana” (HARVEY, 1989, p.23).

De todo modo, Harvey (1989) argumenta que o ser humano atual (ou, ser pós-moderno) encontra-se nesta condição: sem referencial de passado e sem perspectiva de futuro. Alguém perdido em seu próprio tempo histórico e abarrotado dentro de uma cultura cada vez mais mercadológica. Mas não só a produção cultural foi alterada, como também os modos de vida a partir de mudanças político-econômicas e produtivas que ocorreram no final do século XX.

Segundo Harvey (1989), em 1973 o modelo de produção e acumulação fordista, que predominou no período pós-guerra, foi desgastado pela competição internacional forçando as empresas a adotar um modelo mais flexível. Esse modelo mais flexível, consistia na: desregulamentação das relações trabalhistas – priorizando a terceirização e os contratos temporários; enxugamentos dos estoques produtivos - produção *just-in-time*; e mobilidade de unidades fabris para outras regiões e países em busca de melhores mercados de mão-de-obra.

Entretanto, isso não significa que vivemos em um período pós-industrial ou pós-capitalista, pelo contrário¹. Para Harvey (1989), essas transformações estão diretamente relacionadas com a adaptação do capital a um período de crise de superacumulação vivenciado no final do século passado. Com isso, Harvey nos fornece uma pista, a qual a Silver analisa em mais detalhes, para entender a crise dos movimentos operários no mundo.

1.1 Metodologia:

Neste trabalho, serão analisados os processos macroestruturais que justificam o contexto de crise do movimento operário no mundo. Buscando-se entender quais foram as transformações político-econômicas que fragilizaram o movimento operário ao redor do globo, e quais são as dimensões dessa crise. Na análise macro, será utilizado o livro: “Forças do Trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870”, da Beverly J. Silver de 2005, como base para explicar a situação de crise que enfrenta o movimento operário. De forma complementar, visando solidificar

¹ Essa afirmação sobre os trabalhos do Harvey, o qual conclui que ele não reforça a tese “pós-industrial” ou “pós-capitalista” no seu livro: “Condição Pós-Moderna”; foi retirado do Blog da Boitempo escrito por Ricardo Musse.

a argumentação deste trabalho, será utilizado o livro: “Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural” do David Harvey de 1989.

Em suma, Silver (2005) nos apresenta um contexto de histórica contradição entre capital-trabalho, o qual eventualmente gera crises de lucratividade e crises de legitimidade. Dentro disso, ao passo em que o capitalismo se desenvolve, o mesmo tende a fortalecer a classe que detém a força de trabalho. As transformações que resultam na destruição de velhas classes de trabalhadores, geram novas classes com uma nova militância operária. E que as transformações estruturais – na produção, na economia e na política – têm os seus limites e suas fragilidades. Sendo assim, tais transformações não poderiam ser encaradas como novas e sem precedentes. Sendo necessário olhar para o movimento operário ao longo prazo para visualizar os períodos de crescimento e de decréscimo, além de buscar as semelhanças entre os processos do passado para identificar o que de fato há de novo no presente. Também, a partir da globalização, Silver argumenta ser necessário olhar para o movimento operário de maneira global, já que tais transformações estão acontecendo em um nível global. Assim sendo, analisando a mobilidade de capital e a dinâmica do movimento operário na indústria automobilística no séc. XX, poderíamos identificar os períodos cíclicos passando pelos casos: EUA, Europa Ocidental, Brasil, África do Sul e Coreia do Sul - sendo o Japão um caso específico.

No final deste trabalho, abordaremos os desafios para o séc. XXI a partir da discussão feita anteriormente, buscando identificar os cenários para o movimento trabalhista (especialmente no Brasil), observando as tendências políticas que estão sendo desgastadas e as que estão ressurgindo no seio da esfera pública. Além disso, o que podemos esperar para os próximos anos, tanto do capital quanto do Estado, mas também da classe trabalhadora no Brasil.

1.2 Introdução da crise dos movimentos operários:

Nas últimas décadas do séc. XX, houve basicamente um consenso entre os estudiosos das ciências sociais sobre uma grave crise dos movimentos operários (SILVER, 2005). Entre as transformações econômicas e sociais que possibilitaram o surgimento de uma crise, destacam-se: i) hipermobilidade de capital; ii) mudança no modelo de acumulação e produção; e iii) enfraquecimento da soberania dos Estados. Essas mudanças econômicas e produtivas foram deteriorando significativamente as

relações trabalhistas e os níveis de mobilização operária ao redor do mundo – por exemplo, com a diminuição no número de greves e na densidade sindical (SILVER, 2005).

Entre os estudiosos, há aqueles que não só percebem essa crise como grave, mas como terminal². Muitas vezes entendo essas transformações como sem precedentes e “novidades” (SILVER, 2005), representado pela “rubrica geral de ‘globalização’” (SILVER, 2025, p.19).

Aristide Zolberg, por exemplo, argumenta que as transformações no final do século passado ocasionaram o virtual desaparecimento da “formação social peculiar a que nós chamamos ‘classe trabalhadora’”. Com a sociedade “pós-industrial”, os “trabalhadores a cuja luta nós devemos os ‘direitos trabalhistas’ estão desaparecendo rapidamente e hoje são uma espécie de ameaça residual”. De maneira semelhante, Manuel Castells argumenta que o alvorecer da “era da informação” transformou a soberania do Estado e a experiência do trabalho de uma maneira que compromete a capacidade do movimento operário para agir “como uma força significativa de coesão social e representação dos trabalhadores” [...] Movimentos identitários não baseados em classe, para Castells, são os únicos “sujeitos potenciais da era da informação.” (ZOLBERG, 1995, p. 28; CASTELLS, 1997, p. 354 e 360; apud SILVER, 2005, p. 19 e 20)

Por outro lado, em 1990 o movimento operário experimentou uma ascendência de mobilizações em alguns locais do mundo (SILVER, 2005). Na França, em 1995, ocorreu uma grande greve geral contra a austeridade (SILVER, 2005); em Seattle, quando ocorreu a reunião da Organização Mundial do Comércio, em novembro de 1999, “a reação [trabalhista] foi suficientemente forte para evitar o lançamento de mais uma rodada de liberalização no comércio” (SILVER, 2005, p. 20). Esses eventos acabaram por animar alguns estudiosos que voltaram a propor que o movimento operário, influenciado por esse novo ativismo, estaria ressurgindo³.

Alguns mais otimistas, acreditavam que a globalização - ao mesmo tempo que ela precarizava as relações de trabalho com a dinâmica de exploração de mercados mais baratos de mão-de-obra - geraria uma união entre os trabalhadores contra a precarização global. Ou seja, os trabalhadores, em países diferentes, compartilhariam

² Termo utilizado pela autora para descrever aqueles estudiosos que entendem o processo experienciado pelo movimento operário como irreversível e sem precedentes. Para eles, a hipermobilidade de capital gerou uma espécie de “corrida ao fundo do poço” (SILVER, 2005, ver págs. 21 até 29)

³ Importante lembrar que boa parte dos trabalhos sobre o movimento operário focavam exclusivamente os países ricos – EUA e Europa Ocidental.

do processo de precarização global e enfrentariam o mesmo empregador – as corporações multinacionais. Nesse sentido, isso poderia significar a volta de uma tendência internacionalista no movimento operário, e a necessidade de uma organização internacional dos trabalhadores visando lidar com a situação de perda de soberania dos Estados.

Para Silver (2005), é perfeitamente possível afirmar que o movimento operário mundial enfrenta uma crise. Porém, não é correto supor uma crise terminal do movimento operário⁴; como também não podemos achar que a globalização resulta em um compartilhamento de experiências precarizantes iguais entre os trabalhadores ao redor do mundo – tão pouco, que isso resultaria na volta do internacionalismo entre os trabalhadores. Dessa forma, precisamos entender o capitalismo como cíclico e gerador de contradições entre capital-trabalho; porventura, o mesmo processo cíclico se aplica ao movimento operário, tendo o mesmo passado por períodos de crescimento e decréscimo ao longo de sua trajetória.

1.3 Conflito entre capital-trabalho:

Primeiro ponto importante, é entender as contradições geradas entre capital-trabalho, que, para Silver (2005), eventualmente geram crises de legitimidade e de lucratividade. Para explicar isto, Silver (2005) utiliza a teoria marxista sobre “mercadoria fictícia”, a qual analisa o processo de mercadorização da terra, do dinheiro e do trabalho dentro da produção; ou seja, elementos que estão presentes na produção, mas que não podem ser produzidos, logo não são produto; porém são tratados como produtos dentro do mercado capitalista⁵. Ela argumenta, a partir de Marx, que o “capitalismo é considerado algo que produz, de forma simultânea e crescente, miséria em massa” (SILVER, 2005, p. 34), entretanto “o avanço do capitalismo leva não apenas à miséria, à degradação e à exploração da classe

⁴ Segundo Silver (2005) tal pensamento gera uma outra crise em relação aos estudos sobre o mundo do trabalho. Se os trabalhadores já não são mais sujeitos para emancipação, ou uma classe relevante, logo não é necessário estudar o movimento operário e suas dinâmicas.

⁵ A contradição entre capital-trabalho está nesta relação: do lado dos trabalhadores, esses não querem ser tratados como mercadorias, sendo assim favoráveis à desmercadorização do trabalho; e do lado dos capitalistas, esses querem pagar os menores salários possíveis e maximizar seus lucros, forçando assim à mercadorização do trabalho.

operária, mas também ao fortalecimento de sua capacidade e de sua disposição para resistir à exploração” (SILVER, 2005, p. 34).

Para Marx o conflito entre capital-trabalho é inevitável e inerente ao próprio sistema capitalista, e que tal sistema não é nada sem o trabalho (SILVER, 2005). Assim sendo, ao longo prazo o desenvolvimento capitalista tende a fortalecer estruturalmente quem detêm a força de trabalho (SILVER, 2005). Portanto, mesmo com as mudanças no sistema – por exemplo: da indústria têxtil para a indústria automobilística; ou do Fordismo para o Pós-fordismo; ou com a globalização etc. – o efeito ao longo prazo é forjar uma nova classe (muitas vezes, a partir das cinzas da antiga), recriando consigo a militância operária. Como sugere a autora

O Cerne do volume I [*O Capital*] pode ser lido como uma história da dialética entre a resistência operária à exploração no local de produção. A cada mudança – da manufatura ao sistema fabril de maquinofatura – antigas formas de poder de barganha operária são minadas, ensejando novas formas de barganha numa escala maior e com mais potencial de perturbação. Tal leitura de Marx nos leva a esperar a transformação permanente da classe operária e da forma de conflito trabalho-capital. (SILVER, 2005, p. 34)

Além de Marx, a autora usa Karl Polanyi e sua lente teórica pendular em relação às reações de resistência do movimento operário à mercadorização do trabalho. Os dois autores, Marx e Polanyi, trabalham com a ideia de “mercadoria fictícia”; porém, enquanto para Marx a mercadorização do trabalho ocorre no local de produção, para Polanyi é possível observá-la no mercado de trabalho (SILVER, 2005).

Segundo Polanyi, o “trabalho e terra não são nada mais do que os seres humanos que constituem uma sociedade e o ambiente natural em que ela existe. Incluí-la no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado” (1944, p.71 apud SILVER, 2005, p.33). Portanto, podemos entender o movimento pendular, desta forma: no sentido em que oscila em direção à mercadorização do trabalho, gera grandes movimentos por proteção social; ao passo em que a militância trabalhista cresce e se fortifica, o pêndulo oscila na direção da desmercadorização do trabalho (SILVER, 2005).

Daí que a globalização dos mercados no final do século XIX e início do século XX produziu uma forte reação dos trabalhadores e de outros grupos sociais. Em resposta a uma militância trabalhista crescente, e

na esteira de duas guerras mundiais e da Depressão, o pêndulo oscilou na direção da desmercadorização do trabalho após a Segunda Guerra. O estabelecimento de pactos sociais nacionais e internacionais unindo trabalho, capital e Estados protegeu parcialmente os trabalhadores das incertezas de um mercado global desregulamentado [...] Se observarmos os processos de globalização contemporâneos pela ótica polanyiana, devemos então esperar uma nova oscilação do pêndulo. (SILVER, 2005, p.33)

Dessa forma, Silver analisa a dinâmica do movimento operário ao longo prazo. Buscando em sua investigação histórica agitações operárias do tipo: polanyiana e marxiano. Do tipo polanyiana: são manifestações operárias contra a auto-regulação do mercado global, protagonizado, especialmente, pela classe trabalhadora que está sendo desfeita ou por aqueles que se beneficiavam dos pactos sociais e que estão sendo abandonados (SILVER, 2005); do tipo marxiano: as lutas de novas classes operárias criadas e fortalecidas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, “ainda que simultaneamente ao desaparecimento das antigas classes trabalhadoras” (SILVER, 2005, p.35). Sendo necessário também, analisar ao longo prazo essa trajetória para poder identificar as diferenças e semelhanças dos processos de transformação atuais com os do passado, e assim concluir se tais processos são de fato novos ou não⁶.

Além disso, a partir da globalização (e somente a partir dela) tornou-se necessário olhar a trajetória do movimento operário em escala global. Em outras palavras, a mobilidade de capital transformou a dinâmica de destruição e criação de classes trabalhadores passando de regional para global (SILVER, 2005). Ao passo em que as empresas transferiam suas unidades fabris para outros países, elas enfraqueciam o poder de barganha dos operários locais, constituindo assim uma nova classe trabalhadora em um outro país e aumentando o poder de barganha dessa nova classe⁷.

1.4 Crise de lucratividade e crise de legitimidade:

⁶ No livro, Silver (2005) explica em mais detalhes as escolhas metodológicas para fazer esse estudo histórico-comparado e as simplificações adotadas para facilitar o processo de pesquisa. Ver mais no subcapítulo IV: Estratégias de Pesquisa (2005, p.39 até 50)

⁷ Para fazer essa investigação global, a autora faz um recorte e analisa a dinâmica da indústria automobilística no século XX (indústria mais relevante do séc.). Mostrando que, no decorrer do séc. XX, a mobilização operária obedeceu a dinâmica da mobilidade de capital, passando por regiões de países ricos no início do séc. – EUA e Europa Ocidental – para países pobres e emergentes no final do séc. – Brasil, África do Sul e Coreia do Sul.

Na esteira da discussão acima, à medida que o movimento operário se fortalece e consegue conquistar direitos, seja no nível trabalhista perante as empresas – por exemplo, melhores salários ou condições melhores de trabalho – ou no nível dos pactos sociais perante os Estados – legislações favoráveis aos trabalhadores ou expansão da proteção social -, os capitalistas enfrentam uma crise de lucratividade⁸. Sendo assim, aos poucos os capitalistas vão rompendo com os pactos sociais e trabalhistas concedidos aos trabalhadores, visando atingir maiores lucros dentro do mercado capitalista; de modo que: na intenção de sair de uma crise de lucratividade o direcionamento capitalista volta-se a mercadorização do trabalho; conseqüentemente, gera uma crise de legitimidade e um movimento de oposição pela desmercadorização do trabalho (SILVER, 2005).

Em suma, a relação entre uma crise de lucratividade e uma crise de legitimidade é que sair de uma significa entrar na outra inevitavelmente. Porém, não podemos achar que os capitalistas não conseguem obter uma margem de lucro satisfatória dentro de uma crise de lucratividade. Como salienta a autora

[...] a oscilação periódica entre fases que tendem à mercadorização e outras que tendem à desmercadorização do trabalho envolve também um processo de diferenciação entre áreas geográficas com relação ao nível/intensidade da mercadorização do trabalho. [...] Ou seja, é possível lucrar – mesmo com a desmercadorização do trabalho e o estabelecimento de pactos sociais dispendiosos -, desde que as concessões sejam dadas a uma porcentagem pequena de trabalhadores do mundo. [...] Mais genericamente, há uma disputa permanente não só pela definição do conteúdo do que sejam os “direitos” da classe trabalhadora, mas também pelo tipo e pela quantidade de trabalhadores com acesso a esses direitos. Como – e quão rapidamente – se chega a uma nova crise de legitimidade/lucratividade é determinado em grande parte por “estratégias espaciais” – esforço para se demarcar “fronteiras” que delineiem quem receberá participação nos lucros e quem ficará de fora. (SILVER, 2005, p. 35 e 36)

⁸ A crise de lucratividade se refere à menores taxas de lucro. E não que tal crise seja uma falência total para os capitalistas. Nesse sentido, à medida em que uma corporação abandona os acordos pactuados – de exemplo: a Toyota no Japão - ela conseqüentemente força as outras corporações a fazer o mesmo; visando manter a mesma competitividade internacional. Essa discussão também está presente no Harvey (1989), quando foi citado a crise de superacumulação e as mudanças para um modelo mais flexível de acumulação.

Portanto, o capital se beneficia da desigualdade entre raça, gênero, faixa etária, e da relação centro e periferia⁹, para manter seus lucros ao mesmo tempo que mantém direitos à um grupo muito seletivo de trabalhadores. Isto que ela chama de “demarcação de fronteiras”, é uma estratégia utilizada tanto pelo capital quanto pelo Estado, mas também pelos próprios trabalhadores. Essas estratégias assumem pelo menos três formas, sendo elas interrelacionais:

segmentação dos mercados de trabalho (implementada principalmente pelo capital), restrições à cidadania (implementadas principalmente pelos Estados) e construção de identidades de classe exclusivas, com bases que não a classe social (implementada principalmente pelos trabalhadores). (SILVER, 2005, p.38)

1.5 Poder de barganha dos trabalhadores:

O último ponto, mas não menos importante, é definir o que seria “poder de barganha da classe trabalhadora” e suas diferentes configurações. Para isso, Silver adota as definições de Erik Olin Wright sobre “poder estrutural” e “poder de associação” (2000, p. 962).

Wright (2000), começa definindo o que seira “interesse”, mais especificamente o “interesse de classe”, como: “o interesse material de indivíduos em respeito à sua localização de classe” (WRIGHT, 2000, p.962). Sendo que, tais interesses são compartilhados dentro de uma mesma classe social e passíveis de serem percebidos de maneira qualitativa. A partir disso, Wright define o “poder” como:

Assim como “interesses” [...] No contexto da análise de classes, o poder pode ser pensado como a capacidade dos indivíduos e das organizações de concretizar os interesses de classe. Na medida em que os interesses das pessoas de diferentes classes – digamos, trabalhadores e capitalistas – são opostos entre si, isto implica que a capacidade dos trabalhadores de realizarem os seus interesses de classe depende, em parte, da sua capacidade de contrariar o poder dos capitalistas. (WRIGHT, 2000, p. 962)

Continuando, o poder de associação, ou poder associativo, “consiste nas várias formas de poder que emanam da organização coletiva dos trabalhadores” (SILVER,

⁹ Por isso que a Silver (2005) argumenta que não podemos ser otimistas demais em relação à volta de uma tendência internacionalistas dentro do movimento operário. Já que a globalização não possibilitou uma experiência precarizante homogeneizada entre os países.

2005, p. 29); pensando de outra forma, o poder associativo seria a capacidade que as organizações dos trabalhadores – em especial, os sindicatos e partidos trabalhistas – têm para sobrepor os interesses dos trabalhadores em relação aos dos capitalistas.

Já o poder estrutural, segundo Wright (2000), “consiste no poder conferido aos trabalhadores ‘apenas em virtude de sua posição [...] no sistema econômico.’” (p. 962 apud SILVER, p. 29). Sendo possível, definir em dois subtipos: (i) o “poder de barganha de mercado”: resulta da posição desses trabalhos em relação a mercados de trabalho restritos – de três maneiras: habilidades escassas com alta demanda, baixos níveis de desemprego e a “capacidade dos trabalhadores para sair do mercado e sobreviver de fontes de renda que não o salário” (SILVER, 2005, p. 29); e o (ii) “poder de barganha no local de trabalho”¹⁰: resulta da posição estratégica desses trabalhadores em relações às linhas de produção, o qual interrupções nesses locais de produção interrompem toda uma cadeia produtiva em diferentes lugares.

Com isso, Silver (2005) argumenta - no sentido contrário aos dos “estudiosos terminais” do movimento operário¹¹ - que, ao mesmo tempo que as transformações econômicas e produtivas (ou seja, a globalização, a hipermobilidade de capital e o pós-fordismo) enfraqueceram, possivelmente, o poder associativo e o poder estrutural dos trabalhadores; o capital também se tornou mais frágil às interrupções nas linhas

¹⁰“Poder de barganha de mercado” e “poder de barganha no local de trabalho” são nomenclaturas usadas pela Silver (ver p. 29)

¹¹ Aqueles que atribuem a globalização a culpa pela crise séria e/ou terminal dos movimentos de trabalhadores vêm em suas várias manifestações formas de diminuir o poder de barganha dos trabalhadores. Visto dessa perspectiva, o poder de barganha de mercado foi prejudicado pela mobilização de um exército de trabalhadores de reserva em escala mundial, gerando um inchaço nos mercados de trabalho. Além disso, à medida que a expansão global da agricultura e da manufatura capitalista compromete as fontes de renda não-salariais e empurram mais e mais pessoas para o proletariado, o poder de barganha no mercado torna-se ainda mais difícil. Por fim, ao enfraquecer a soberania dos Estados, a globalização comprometeu o poder de barganha associativo dos trabalhadores. Historicamente, o poder de associação inseria-se no arcabouço legal do Estado, que garantia coisas tais como o direito à sindicalização e a obrigação dos empregadores de fazerem acordos coletivos. Esse enfraquecimento da soberania do estado, por sua vez, levou a um enfraquecimento ainda maior do poder de barganha no mercado, o qual era sustentado por políticas de bem-estar do Estado que formavam uma “rede de proteção social” e controlavam a competição dentro do mercado de trabalho. [...] considera-se amplamente que a globalização criou um círculo vicioso no qual o enfraquecimento do poder de barganha no mercado enfraquece o poder associativo e vice-versa. [...] também as transformações “pós-fordistas” na organização da produção e nos processos de trabalho associados a ela são consideradas comprometedoras do poder de barganha dos trabalhadores no local de trabalho. Daí a terceirização e outras formas de desintegração vertical serem vistas como fenômenos que reverteram a tendência histórica na direção de um maior poder de barganha no local de trabalho, resultante da disseminação dos sistemas fordistas de produção em massa. (SILVER, 2005, p. 30)

de produção. Ou seja, as mudanças estruturais no sistema acabaram por aumentar o poder de barganha no local de trabalho (SILVER, 2005); deste modo, abriu possibilidades para que o movimento operário venha a sobrepor os seus interesses frente aos do capital.

2 OFENSIVA DO CAPITAL: SOLUÇÕES DOS CAPITALISTAS E MODELOS PRODUTIVOS

No começo desse trabalho, passamos introdutoriamente pelos aspectos estruturais dessa crise a qual vivencia o movimento operário no mundo segundo Silver. As transformações político-econômicas que ocorreram no decorrer do séc. XX, foram responsáveis por reconfigurar: (i) as dinâmicas trabalhistas e sociais; (ii) os pactos sociais e as relações de soberania entre os Estados; (iii) e o movimento operário ao redor do mundo.

Nesta seção, iremos abordar em mais detalhes esses aspectos a partir da caracterização das mudanças na dinâmica do “tempo” e do “espaço” (HARVEY, 1989) e sobre os processos de acumulação produtiva – o Fordismo, o Toyotismo e o Pós-fordismo. Sendo que, essas duas mudanças são tratadas pela Silver (2005) como duas “soluções capitalistas” de tipo: espacial e tecnológica/organizativa¹².

Além disso, iremos situar a discussão em relação ao contexto do mundo no séc. XX, que foi fundamental para as mudanças sistêmicas que afetaram o movimento operário. Dessa forma, buscaremos identificar os limites e as possibilidades para o movimento operário dentro desse contexto de transformações vivido no final do séc. XX, que se estende até hoje no séc. XXI.

2.1 Controle do capital: domínio do tempo e do espaço para a obtenção de lucro

Ao longo da história do desenvolvimento capitalista, a classe dominante sempre teve a necessidade de disciplinar e controlar a classe trabalhadora para que a mesma desempenhasse o seu papel fundamental de produtora da vida material. Como exemplo, podemos olhar para a transformação penal e punitiva ocorrida na

¹²Além dessas, existem também outras duas soluções – de produto e a financeira – que abordaremos de forma menos detalhada. Tal escolha foi motivada em relação ao tempo de entrega e extensão deste trabalho, que, infelizmente, não poderá ser prolongado.

modernidade a partir do séc. XIX. O suplício do corpo¹³, enquanto método de execução penal, já não era mais aceitável no período industrial: o corpo agora era um instrumento de produção, um corpo produtivo, machucá-lo acarretaria em perdas de produtividade (FOUCAULT, 1975). Assim, todo sistema punitivo foi alterado visando à correção e à reeducação dos corpos para a produção, mas mantendo o mesmo caráter punitivo da pena dentro dos presídios (FOUCAULT, 1975).

Com alguma semelhança, Harvey (1989) parece concordar¹⁴ que o capitalismo precisa implementar uma série de “modos de regulamentação”¹⁵ para condicionar o comportamento dos indivíduos – como agentes político-econômicos – ao sistema de acumulação capitalista. Ou seja, deve haver um conjunto de leis, normas, hábitos etc. que garantam a continuidade do regime de acumulação (HARVEY, 1989). Mas, tais condicionamentos vão além da vigília e da punição dos agentes dentro do sistema, exercendo também influência na esfera cultural, discursiva, ética e psíquica desse conjunto de indivíduos (Harvey, 1989).

[...] dificuldade geral nas sociedades capitalistas concerne à conversão da capacidade de homens e mulheres de realizarem um trabalho ativo no processo produtivo cujos frutos possam ser apropriados pelos capitalistas. [...] A disciplinação da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital - um processo a que vou me referir, de modo geral, como “controle do trabalho” - é uma questão muito complicada. Ela envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias

¹³Método de execução penal da idade média que perdurou até meados do séc. XIX. Tal método, consistia na tortura e na morte de condenados na forma de espetáculos públicos, com a finalidade de garantir a autoridade dos soberanos e de suas leis. De exemplo: a guilhotina, a forca, a roda, o pelourinho etc.

¹⁴Harvey argumenta que o capital precisa ter domínio do espaço para lucrar. Sendo o espaço uma definição complexa, o autor aborda essa complexidade em diferentes dimensões. O espaço pode ser entendido, como: a cidade, a fábrica, a rua, o corpo etc. Harvey utiliza Foucault, no sentido de entender o corpo enquanto um espaço a ser dominado pelo capital, na intenção de obter lucro (ver mais; HARVEY, 1989, p.196 e 197). Por isso que a Silver argumenta a “demarcação de fronteiras” – ou seja, raça, gênero, faixa etária etc. – como uma solução capitalista de tipo espacial.

¹⁵Termo utilizado por Lipietz (1986, apud HARVEY, 1989, p. 117)

dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho. (HARVEY, 1989, p.118 e 119)

Outro ponto importante, é entender que a disciplinação e o controle da classe trabalhadora não têm só por finalidade condicionar os corpos para a produção, mas também para o consumo (HARVEY, 1989). Nesse sentido, a indústria automobilística, para se tornar dominante, precisou reconfigurar os modos de consumo de massa introduzindo o carro e outros meios de transporte como essenciais nesse novo estilo de vida na cidade moderna (HARVEY, 1989).

Em outras palavras, as cidades, principalmente na reconstrução do Pós-Guerra, foram projetadas priorizando o modelo de deslocamento em larga escala por meio de automóveis, sejam eles coletivos ou individuais (HARVEY, 1989). Assim, as cidades modernas foram zoneadas em áreas funcionais com finalidades diferentes – trabalho, moradia, lazer etc. – separadas por longas distâncias espaciais (HARVEY, 1989). Por consequência, todo padrão de consumo obedeceu à lógica de deslocamento pendular na cidade. Sem esse novo padrão de vida e de consumo, não seria possível para a indústria automobilística se estabelecer como indústria dominante no séc. XX. A partir disso, como sinaliza Harvey (1989), podemos pensar em como o tempo e o espaço são ideias/conceitos fundamentais e, principalmente, condicionados para a acumulação capitalistas.

Como o capitalismo foi (e continua a ser) um modo de produção revolucionário em que as práticas e processos materiais de reprodução social se encontram em permanente mudança, segue-se que tanto as qualidades objetivas como os significados do tempo e do espaço também se modificam. Por outro lado, se o avanço do conhecimento (científico, técnico, administrativo, burocrático e racional) é vital para o progresso da produção e do consumo capitalista, as mudanças do nosso aparato conceitual (incluindo representações do espaço e do tempo) podem ter consequências para a organização da vida diária. Quando, por exemplo, um arquiteto-planejador como Le Corbusier ou um administrador como Haussmann criam um ambiente construído em que predomina a tirania da linha reta, temos forçosamente de ajustar as nossas práticas diárias. (HARVEY, 1989, p. 189 e 190)

Nessa perspectiva, houve uma modificação na percepção do tempo e do espaço na sociedade moderna (HARVEY, 1989). Quando pensamos, por exemplo, na construção das cidades funcionais projetadas para o rápido escoamento das

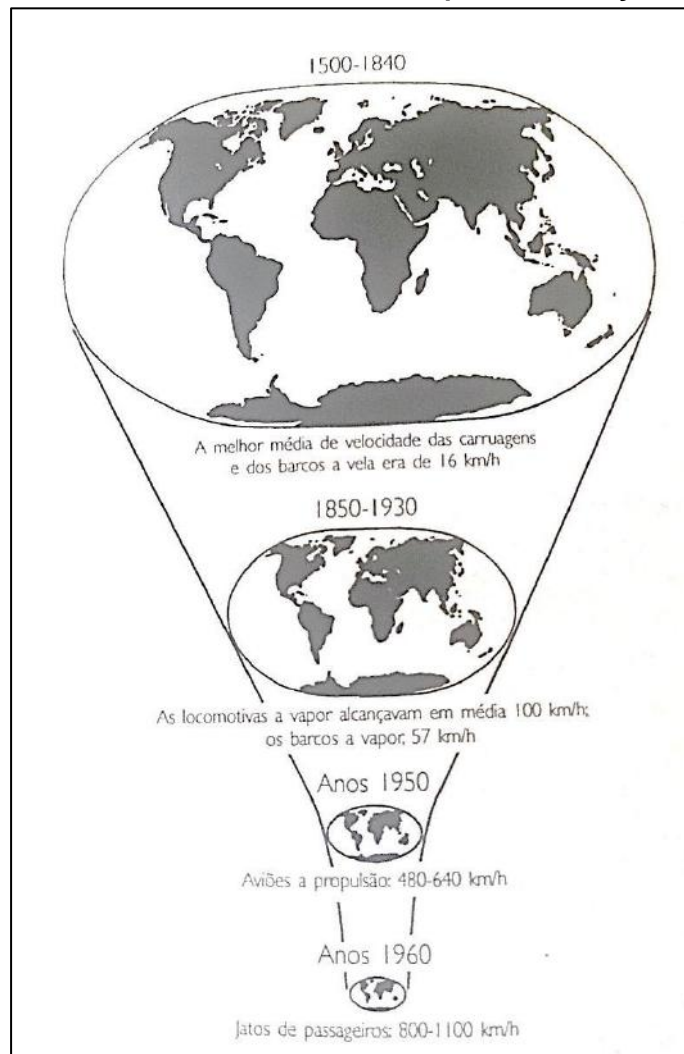
mercadorias; ou quando olhamos para os relógios precisos que marcam o “tempo de produção” e de “circulação da troca”, formando “o conceito do ‘tempo de giro do capital’” (HARVEY, 1989, p.209). Ou, quando o domínio do tempo é usado para definir a quantidade de horas trabalhadas em relação as horas de lazer dos operários, e o domínio do espaço é usado para redefinir o processo de produção nas fábricas ao redor do mundo, demarcando novas fronteiras para a exploração do capital (SILVER, 2005). É nesse sentido, e em vários outros exemplos possíveis, que os capitalistas buscam controlar o tempo e o espaço para obter lucros; e quanto maior for o seu domínio, maior será o seu poder social.

2.1.1 Soluções do capital: espacial e tecnológica/organizativa

Há muito tempo, bem antes do período moderno, a classe dominante já tinha entendido que o tempo, o espaço e o dinheiro, estabelecem uma relação fundamental a qual não se pode ignorar (HARVEY, 1989). Mas foi a partir do advento da estrada de ferro e do telégrafo, que a experiência do tempo e do espaço mudaram de forma extremamente acelerada (HARVEY, 1989). Ou seja, o deslocamento por longos percursos espaciais em um curto período de tempo e a possibilidade de enviar mensagens rápidas telegrafadas para várias regiões do globo, superaram as barreiras naturais e trouxeram novas possibilidades para o capital. Portanto, podemos concluir que o avanço dos meios de transportes e de comunicação de massa proporcionaram um maior domínio do capital sob o “tempo-espaço”, transformando a nossa percepção ao ponto de encurtar o mundo ao nosso redor (ver figura 1).

Todavia, mesmo que o “tempo-espaço” seja algo de domínio dos capitalistas, ele não é absoluto. Podemos encontrar formas de resistência e disputa desse domínio sobre o “tempo-espaço” dentro do movimento operário (HARVEY, 1989). A Primeira Internacional dos Trabalhadores, por exemplo, tinha como objetivo não só unir os trabalhadores de diferentes categorias e indústrias, em locais distintos no mundo, contra um inimigo comum (HARVEY, 1989); mas também transferir recursos materiais e experiências de luta e de militância trabalhista, visando expandir sua zona de influência espacial. “E na medida em que a Primeira Internacional dava a impressão de deter um poder genuíno, a burguesia tinha todas as razões para temê-la (como de fato ocorreu)” (HARVEY, 1989, p. 215).

Figura 1 – “Encurtamento do mundo através do tempo de locomoção no espaço”



Fonte: Harvey (1989, p. 220)

Por mais que o exemplo da Primeira Internacional seja anterior ao surgimento das sofisticadas tecnologias de transporte (trens velozes, aviões, jatos etc.) e de comunicação (rádio, televisão, internet etc.), podemos observar que as formas de resistência e disputa se modificaram para tentar acompanhar essas mudanças (SILVER, 2005); e a velocidade em que tais mudanças são implementadas também diz respeito à dinâmica da luta de classes (HARVEY, 1989). Por exemplo: “na prolongada greve dos mineiros britânicos de 1984, os chamados ‘piquetes voadores’, que se moviam rapidamente de um lugar para outro, criaram um agudo problema para os poderes estatais” (HARVEY, 1989, p.215), que tiveram que modificar sua legislação para proibir os “piquetes voadores”, na intenção de conter os trabalhadores no espaço e enfraquecer o seu poder de barganha. Já nos primeiros anos do pós- guerra, a partir do “discurso universalista das potências coloniais, sindicalistas

africanos pediam a extensão da ideia de ‘direitos trabalhistas’, de modo que incluísse todos os trabalhadores do império – metropolitanos e coloniais, brancos e negros – igualmente” (SILVER, 2005, p.37). Tais reivindicações foram rechaçadas tanto pelos capitalistas quanto pelos Estados, que prontamente buscaram redefinir as fronteiras de exploração restringindo o “direito de cidadania” aos trabalhadores africanos (SILVER, 2005).

“A decisão do governo colonial pela descolonização e pela soberania nacional resultou em novas fronteiras que limitam as obrigações das metrópoles e excluía os trabalhadores e cidadãos das antigas colônias” (SILVER, 2005, p.37). Nesse mesmo sentido,

[...] foram as reações dos Estados coloniais e pós-coloniais contra os persistentes laços entre os trabalhadores urbanos da África e suas comunidades rurais. A cultura autóctone da classe trabalhadora produzia e reproduzia fronteiras nebulosas e, portanto, criava o espectro de movimentos trabalhistas de massa que se expandiam para além do local de trabalho nas cidades e englobavam regiões inteiras. Temendo as consequências da agitação incontrolável que essas fronteiras nebulosas ensejavam, capitalistas e governos tentaram traçar novas fronteiras - criando e mantendo divisões rígidas entre cidade e campo, e entre setores primários e secundários. O objetivo era produzir uma “mão-de-obra compacta, estável e razoavelmente bem paga - separada do resto da sociedade africana” (COOPER, 1996, p.457). Ao demarcar um setor primário de trabalhadores urbanos visível, porém pequeno, e dotado de direitos trabalhistas especiais, esperava-se criar uma situação em que legitimada, controle e lucro coexistissem. (SILVER, 2005, p.38)¹⁶

A partir disso, podemos entender que “as mudanças nas qualidades objetivas do espaço e do tempo podem ser, e com frequência são, efetuadas por meio da luta social” (HARVEY, 1989, p.208). Ou melhor, “as tentativas de acelerar e intensificar os processos de trabalho produzem algumas das mais fortes e duras lutas entre os trabalhadores e a administração” (HARVEY, 1989, p.211), constante são as batalhas

¹⁶Algo bem parecido ocorreu no Brasil no período Vargas com a criação da CLT. Visando o controle político dos sindicatos e certa legitimidade entre a classe operária; Vargas consolida as leis trabalhistas – algumas já existentes antes da CLT – dentro de uma lei única válida nacionalmente. Acontece que essas leis trabalhistas valiam somente para os operários das fábricas – as quais estavam instaladas nas cidades. Todos os trabalhadores do campo – sendo que eles eram maioria da massa trabalhista naquele período - não receberam nenhum direito trabalhista, ficando de fora da CLT. Assim, Vargas em uma jogada conseguiu agradar parte da classe operária, uma tímida burguesia industrial e o grande latifúndio (tirando o Paulista) de uma só vez, demarcando fronteiras entre quem teria direitos assegurados e quem não teria.

em torno “do ritmo e da intensidade das escalas de trabalho, da vida de trabalho (e dos direitos de aposentadoria), da semana e do dia de trabalho (com direitos a “tempos livres”), do ano de trabalho (e dos direitos a férias pagas)” (HARVEY, 1989, p.211).

Ou seja, ao passo em que se intensifica à resistência trabalhistas, seja ela vitoriosa ou não, os capitalistas sentem a necessidade de reconfigurar as “regras do jogo”, visando reestabelecer o seu controle sob o sistema e garantir um maior poder social. Assim, como sugere Harvey (1989)

A competição intercapitalista e a fluidez do capital-dinheiro com relação ao espaço também forçam racionalizações geográficas em termos de localização como parte da dinâmica da acumulação; esses processos muitas vezes são capturados pela dinâmica da luta de classes. Gordon (1978) registra, por exemplo, casos de suburbanização da indústria da Nova Inglaterra no começo do século cujo propósito direto era evitar uma organização mais forte dos trabalhadores nas cidades maiores. Numa época mais recente, sob condições de competição acirrada, mudança tecnológica e rápida reestruturação, podem ser citados inúmeros casos de decisões de realocação industrial tomadas com o objetivo de conseguir uma melhor disciplina do trabalho. Se desejarem evitar a sindicalização nos Estados Unidos, aconselhou um recente relatório de um consultor, os capitalistas deverão tentar dividir seus processos de trabalho em componentes que não empreguem mais de cinquenta trabalhadores, instalando suas unidades separadas por ao menos trezentos quilômetros. As condições de acumulação flexível aumentam cada vez mais a possibilidade de exploração dessas opções. (p.214 e 215)

A partir daí, podemos olhar para esses processos de realocação produtiva - ou, dizendo de uma outra forma, de deslocamento geográfico de setores produtivos para outras regiões e países - como uma estratégia espacial (HARVEY, 1989), usada pelos capitalistas com o objetivo de enfraquecer o poder de associação e o poder estrutural dos trabalhadores (SILVER, 2005). Mais do que isso, a realocação produtiva vai selecionar os locais onde a mão-de-obra é barata e, acima de tudo, “pacífica”, a qual não irá tentar sobrepor seus interesses aos do capital; e que não detenha, ou que detenha mais de forma fraca e controlável, fortes organizações operárias - como: sindicatos e partidos trabalhistas (SILVER, 2005).

Em síntese, o domínio do tempo e do espaço é fundamental para acumulação capitalista, sobretudo para o controle da força de trabalho. Sendo que, tais transformações no sistema, normalmente, são capturadas pela dinâmica da luta de classes (HARVEY, 1989). Por isso que os capitalistas buscam sempre redefinir o seu

domínio sob o “tempo-espaço”, e tal busca gera com sigio fortes reações de oposição trabalhista (SILVER, 2005). É nesse sentido, que “o sucessivo deslocamento geográfico do capital constitui uma tentativa de solução espacial para crise de lucratividade e controle” (SILVER, 2005, p.51).

Na esteira da discussão sobre a mobilidade de capital enquanto uma solução espacial para uma crise de lucratividade e controle, Silver (2005) acrescenta que as mudanças no sistema de produção constituem uma solução tecnológica/organizativa. Tal solução tecnológica/organizativa – ou seja, a mudança do Fordista para o Pós-fordismo – foi implementada pela indústria automobilística no final do séc. XX.

Também são enfocados os esforços das corporações automobilísticas para lidar com crises de lucratividade e controle da mão-de-obra introduzindo grandes mudanças na organização da produção e no processo de trabalho. [...] Defendemos a tese de que as transformações pós-fordistas na organização da produção constituem um esforço de implementar uma solução tecnológica para problemas de lucratividade e controle. Não obstante, como também defenderemos, tais soluções não deram uma solução mais estável ou duradoura do que aquela dada pelas soluções espaciais. (SILVER, 2005, p.51)

Em razão disso, iremos focar nessas duas soluções: espacial e tecnológica/organizativa. Dito isso, a partir da análise da Silver (2005), conseguimos visualizar que a solução espacial foi amplamente utilizada pela indústria automobilística (séc. XX) na intenção de fugir da crescente militância operária local.

Quando olhamos para a trajetória da mobilidade de capital da indústria automobilística (ver seção 3), podemos aferir que à medida em que aumenta a insatisfação operária – quantificada pelo número de greves no período¹⁷ – o capital buscou solucionar o problema através do deslocamento para um novo local onde o nível de mobilização operária é nulo ou mais fraco. Porém, o deslocamento leva não só à unidade produtiva¹⁸, mas também a própria insatisfação operária gerada pela contradição capital-trabalho ao longo prazo (SILVER, 2005); ao passo em que a insatisfação operária cresce nesse novo local, um novo deslocamento produtivo é iniciado, o qual vai acarretar em uma nova onda de insatisfação operária futuramente (SILVER, 2005).

¹⁷Ver SILVER, 2005, pp. 4-50.

¹⁸Verificado pela quantidade de investimento feito pelas empresas em dado local e período.

Portanto, é possível verificar nessa dinâmica um limite à solução espacial a qual “nada mais faz do que adiar as crises no tempo e no espaço” (SILVER, 2005, p.51). Além disso, Harvey (1989) apresenta outros limites à solução espacial

[...] As barreiras espaciais só podem ser reduzidas por meio da produção de espaços particulares (estradas de ferro, autoestradas, aeroportos, centrais telefônicas e etc.). Além disso, uma racionalização espacial da produção, da circulação e do consumo num dado ponto do tempo pode não ser adequada à acumulação do capital num ponto ulterior do tempo. A produção, a reestruturação e o crescimento da organização espacial são muito problemáticos e caros, sendo prejudicados pela necessidade de vastos investimentos em infraestruturas físicas que não podem ser levadas para outro lugar e infraestruturas sociais que sempre mudam com lentidão. O contínuo incentivo para os capitalistas individuais se mudarem para locais de custo mais baixo ou mais lucrativos também é prejudicado pelos custos da mudança. [...] (p.212)

E ainda,

A diferença no poder de mobilidade geográfica entre o capital e o trabalho não se manteve constante ao longo do tempo, e nem tem uma distribuição regular entre diferentes facções de um e de outro. [...] Os proprietários de casas de nossos dias, cheios de dívidas, em situações de mercado imobiliário fraco e com fortes interesses sociais em permanecer num ambiente particular, são muito mais vulneráveis. Embora alguns capitalistas sejam claramente mais móveis do que outros, todos são forçados em alguma medida a “fincar raízes”, e muitos, como resultado disso, mal podem suportar uma mudança de localização. [...] (HARVEY, 1989, p.214)

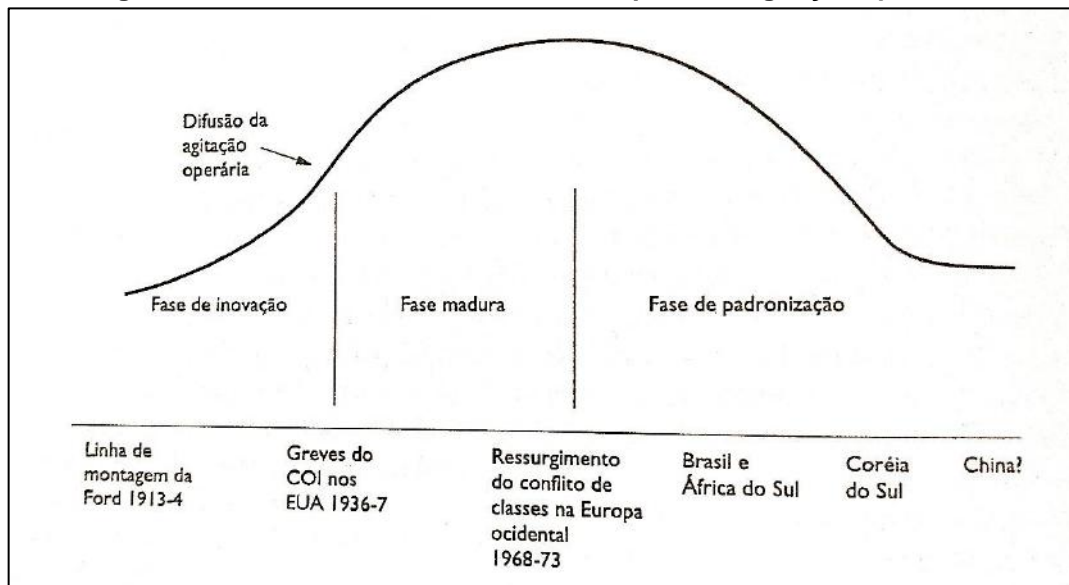
Já a solução tecnológica/organizativa também encontra seus limites e contradições, a qual abordaremos com mais detalhes na subseção 2.2 – “Modelos produtivos” – deste trabalho. Por ora, faremos uma breve consideração sobre a solução de produto.

2.1.2 Solução de produto:

Silver (2005) argumenta que os capitalistas, visando solucionar entraves de lucratividade e controle dos trabalhadores, também buscam mudar de setor em relação à produtos menos competitivos dentro do mercado. Assim, a autora mostra como o capital migrou da indústria têxtil - a qual era dominante no séc. XVIII e XIX - para a indústria automobilística no início do séc. XX. E, assim como na solução

espacial, a solução de produto acaba levando consigo a militância trabalhista de um setor para o outro (SILVER, 2005). Além disso, tanto a indústria têxtil quanto a indústria automobilística se deslocaram geograficamente em busca de uma mão-de-obra mais barata e controlável.

Figura 2 – “Ciclo de vida automobilístico e picos de agitação operária”¹⁹



Fonte: Silver (2005, p.84)

Algo interessante de se observar é como a militância trabalhista obedece ao ciclo de produto²⁰. Ao observamos a figura 2, podemos ver que o ciclo de produto, ou “ciclo de vida do produto” (SILVER, 2005), se inicia na fase de inovação, a qual se concentra em países de alta renda²¹; depois percorre pela “fase madura” e, por fim, pela “fase padronizada”, a qual a pressão competitiva é maior, fazendo com que a indústria se desloque para outras regiões (SILVER, 2005).

Nesse sentido, a maior parte da “vida” do produto automotivo se deu em países ricos onde os salários são maiores, para só no final do seu ciclo se deslocar para países pobres com baixos salários (SILVER, 2005). Isso pode ilustrar, porque alguns

¹⁹No texto da Silver (2005) há uma ilustração referente ao ciclo de vida do produto têxtil. Não foi utilizado tal ilustração para não confundir a argumentação deste trabalho, o qual tem um enfoque maior na indústria automobilística.

²⁰Ciclos de produto representam o início e o “fim” de dado produto, sendo que o “fim” não caracteriza sua extinção. Entretanto, sua alta taxa de competitividade e baixa perspectiva de lucro acarreta na sua perda de relevância dentro do sistema, fazendo com que os capitalistas busquem outros setores mais atrativos e menos competitivos.

²¹No caso têxtil na Grã-Bretanha e no caso automobilístico nos EUA. (ver mais em SILVER, 2005, p. 82 até 124)

compromissos trabalhistas foram mantidos por mais tempo em certos lugares do que em outros. No início do ciclo, os operários de países ricos tiveram uma certa vantagem, pois, foi nesse período que as indústrias estavam obtendo maiores lucros por consequência de um menor nível de competitividade dentro do setor. Ou seja, nesse cenário foi possível manter acordos trabalhistas mais generosos e por mais tempo para esses trabalhadores, do que para os trabalhadores dos países pobres de industrialização tardia (SILVER, 2005), que pegaram o final do ciclo²².

Por fim, Silver (2005) destaca alguns setores que poderão ter protagonismo no séc. XXI; sendo que, o setor de automóveis ainda se mantém bastante relevante. Porém, como salienta à autora, ainda é difícil enxergar qual será o novo setor dominante nesse novo século.

2.2 Modelos Produtivos:

A indústria automobilística ficou conhecida por implementar mudanças estruturais que alteram significativamente as relações trabalhistas e sociais. Anteriormente, abordamos a solução tecnológica/organizativa como uma estratégia utilizada por essa indústria para lidar com entraves de lucratividade e controle.

A solução tecnológica/organizativa (SILVER, 2005), pode ser entendida desde a iniciativa de implantar novas (os) tecnologias/maquinários que otimizem a produção e redução a dependência por mão-de-obra, até as transformações nas unidades produtivas que reconfigurem todo processo produtivo, visando maximizar os lucros e tornar o processo produtivo mais eficiente. Trataremos mais da segunda, ou seja, das transformações nas unidades produtivas, pois foram essas que introduziram mudanças mais significativas nas relações sociais e trabalhistas ao redor do mundo.

Temos, pelo menos, três modelos de solução tecnológica/organizativa implantados pela indústria automobilística, são eles: o Fordismo, o Toyotismo e o Pós-fordismo. Esse último, foi implementado de forma incompleta no Ocidente como uma adaptação ao modelo japonês Toyotista (SILVER, 2005), o qual se mostrava bem-sucedido na obtenção de lucros e no controle da força de trabalho; e tal modelo (o pós-fordismo) foi responsável por introduzir contratos temporários e a terceirização no Ocidente (SILVER, 2005), algo que destruiu as relações “estáveis” de trabalho e os direitos trabalhistas assegurados. Na medida em que os contratos passaram a ser

²²Ver SILVER, 2005, p. 85

temporários, livrando as contratantes de certas obrigações legais em relação aos seus trabalhadores.

No século XXI, a terceirização e os contratos temporários são amplamente difundidos em todo o mundo, mas especialmente nos países pobres e emergentes (1989). Atualmente, no Brasil, podemos verificar que essas relações de trabalho são amplamente utilizadas no setor público e no privado e, normalmente, demarcam alguma fronteira para a exploração. Por exemplo, os terceirizados da limpeza da UFRJ são compostos majoritariamente por mulheres e/ou negros (as) – aproximadamente, 77,9% são mulheres e 74% são pretos e pardos²³.

Para entender melhor esse contexto, vamos passar pelas transformações organizacionais ocorridas na indústria automobilística até o final do séc. XX. Assim, conseguiremos ter uma dimensão mais completa sobre o cenário atual. Reconhecendo as mudanças na dinâmica dos movimentos operários e os limites dessas transformações.

2.2.1 Fordismo:

O fordismo foi um sistema de produção e acumulação capitalista que surgiu nos EUA e se expandiu pelo mundo ao longo do séc. XX. Tal sistema, de forma simplificada, consistia: na produção e no consumo de massa; no barateamento da produção; no alto volume de estoques produtivos; na padronização do trabalho e do produto; na divisão racional da produção a partir de linhas de montagem; na otimização do tempo de produção, etc.

Esses aspectos foram amadurecendo ao longo do tempo, influenciados por contextos geopolíticos e econômicos – com destaque para a Grande depressão dos anos 30, as guerras mundiais e a reconstrução do pós-guerra (HARVEY, 1989). Outro ponto, e talvez o mais fundamental, é que o fordismo precisou da cooperação entre o Estado, o capital e o trabalho para prosperar (HARVEY, 1989); apoiando-se no modelo keynesiano de intervenção econômica e na proteção social oferecida pelos Estados-nacionais para os seus cidadãos a partir de políticas de *Welfare State* (SILVER, 2005).

²³Pesquisa realizada em 2015 na UFRJ; ver: BARBATI, et. al. 2016, p.120

Segundo Harvey (1989), “a data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares” (p.121). Tal proposta não tinha só por finalidade adequar o trabalhador ao sistema de produção em massa, mas também conceder tempo de lazer e renda o suficiente para que os mesmos consumissem os produtos fabricados (HARVEY, 1989). Tanto que, para Ford, um “novo tipo de sociedade poderia ser construído simplesmente com a aplicação adequada ao poder corporativo” (HARVEY, 1989, p.122).

Essa ideia se mostrou fracassada quando a Grande Depressão assolou a economia global (HARVEY, 1989). A grande Ford, por mais tenha tentado superar a crise econômica com aumento salarial na intenção de estimular a demanda efetiva e conquistar a confiança dos agentes na economia (HARVEY, 1989), não suportou as pressões competitivas internacionais e teve que recorrer a um “*New Deal* de Roosevelt para salvar o capitalismo – fazendo, através da intervenção do Estado, o que a Ford tentará fazer sozinha” (HARVEY, 1989, p.122).

Para além de uma data simbólica, o desenvolvimento do fordismo foi ainda mais complicado (HARVEY, 1989). De certa forma, a estrada de ferro e “Os princípios da Administração Científica” de Taylor - anteriores à 1914 - foram os alicerces daquilo que ficaria conhecido como modelo fordista de produção (HARVEY, 1989). Assim como a suburbanização e a desconcentração da população e da indústria, indicavam as futuras tendências daquilo que seria “o principal elemento de estímulo da demanda efetiva pelos produtos de Ford no longo período de expansão do pós-guerra a partir de 1945” (HARVEY, 1989, p.122).

O contexto de guerra, principalmente depois dos anos 30, abriu condições favoráveis para que o modelo fordista de produção fosse implantado fora dos EUA, principalmente na Europa. A guerra trouxe a necessidade de um “planejamento em larga escala, bem como uma completa racionalização do processo de trabalho” (HARVEY, 1989, p.123) para a produção de equipamentos militares. Por mais que houvesse resistência, “era difícil [...] recusar racionalizações que melhorassem a eficiência numa época de total esforço de guerra” (HARVEY, 1989, p.123). Entretanto, a implementação do fordismo na Europa esbarrou em certas barreiras (idem para o Toyotismo)

Ford usará quase exclusivamente a mão de obra imigrante no sistema de produção [...] No resto do mundo capitalista, a organização do trabalho e as tradições artesanais eram simplesmente muito fortes, e a imigração muito fraca, para permitir ao fordismo ou ao toyotismo

qualquer facilidade de produção, muito embora os princípios gerais da administração científica fossem amplamente aceitos e aplicados. [...] A tecnologia de linha de montagem para produção de massa, implantada em muitos pontos dos Estados Unidos, tinha um desenvolvimento muito fraco na Europa antes da metade dos anos 30. A indústria de automóveis europeia, com exceção da fábrica da Fiat em Turim, permanecia em sua maior parte uma indústria artesanal de alta habilidade (embora organizada corporativamente), produzindo carros de luxo para consumidores de elite, sendo apenas ligeiramente influenciada pelos procedimentos de linha de montagem na produção em massa de modelos mais baratos antes da Segunda Guerra Mundial. Foi preciso uma enorme revolução das relações de classe (uma revolução que começou nos anos 30, mas só deu frutos nos anos 50) para acomodar a disseminação do fordismo à Europa. (HARVEY, 1989, p. 123 e 124)

Além disso, como dito anteriormente, o Estado assumiu um papel central, já que as autoridades buscavam novos modos de regulação e intervenção (HARVEY, 1989) visando acomodar as estruturas sociais ao novo sistema de acumulação e produção fordista, e assim, resolver a crise econômica. Considerando que, a crise dos anos 30 quase levou ao colapso total do capitalismo (HARVEY, 1989), isso trouxe a conjuntura necessária para que tanto à esquerda quanto à direita apoiassem o modelo fordista de produção e o intervencionismo Estatal como formas de estabilização da economia (HARVEY, 1989).

O fracasso de governos democráticos em lidar com a crise, fez com que soluções políticas autoritárias e militaristas, junto com a disciplinação do trabalho à novos modelos de produção mais eficientes; fossem apoiados como uma possível saída para a crise economia (HARVEY, 1989). Tais ideias possibilitaram à ascensão de movimentos “nacionais-socialistas”, com seus exemplos mais extremos na Alemanha, no Japão e na Itália (HARVEY, 1989).

O problema, tal como via um economista como Keynes, era chegaram a um conjunto de estratégias administrativas científicas e poderes estatais que estabilizassem o capitalismo, ao mesmo tempo que se evitavam as evidentes repressões e irracionalidades, toda a beligerância e todo o nacionalismo estreito que as soluções nacional-socialistas implicavam. É nesse contexto confuso que temos de compreender as tentativas altamente diversificadas em diferentes nações-Estado de chegar a arranjos políticos, institucionais e sociais que pudessem acomodar a crônica incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições essenciais de sua própria reprodução. (HARVEY, 1989, p.124)

Por causa disso, o fordismo se apoiou firmemente ao keynesianismo chegando à sua fase madura depois 1945 quando as configurações e uso dos poderes estatais

já estavam melhor ajustados (HARVEY, 1989). No pós-guerra, as tecnologias amadurecidas pela indústria no período entre guerras – carros, eletrodoméstico, construção naval, equipamentos de transporte, borracha etc. – tornaram-se os principais propulsores do desenvolvimento econômico (HARVEY, 1989).

De um lado, países arrasados pela guerra precisando de investimentos massivos para sua reconstrução (HARVEY, 1989); e de outro lado, países emergentes buscando seu crescimento econômico a partir de políticas de substituição de importações através da industrialização (SILVER, 2005). Na interseção desses dois lados, se encontram grandes centros financeiros²⁴ concedendo empréstimos às nações, resultando em dois cenários correlatos: a hegemonia do padrão dólar nas transações internacionais e o endividamento, principalmente dos países emergentes (SILVER, 2005).

Além disso, o que antes era simples repressão aos movimentos operários, deu lugar a cooperação em nome do bem-estar social (SILVER, 2005). Sendo assim, podemos olhar para esse período da seguinte forma: a crise de lucratividade dos anos 30 fez com que o capital abandonasse certos acordos reconfigurando as “regras do jogo”. A partir daí, soluções espaciais e tecnológicas foram amplamente usadas como uma forma de restabelecer os níveis de lucratividade e controle do capital sob o sistema. No final da II Guerra, os países centrais estavam destruídos pelo conflito e uma crise de legitimidade tinha se instalado fortemente. A “ameaça” socialista, muito protagonizada pela URSS, somado à possibilidade de insurreição popular contra o sistema, era evidente na Europa, fazendo com que os capitalistas e os governos optassem por estabelecer novos pactos sociais – saúde, educação e assistência social – patrocinado pelo Estado, e novos acordos trabalhistas junto com o reconhecimento dos sindicatos nas esferas decisórias a partir de acordos tripartite entre empresas, sindicatos e governos (SILVER, 2005).

O desenvolvimento do keynesianismo - e junto o fordismo - “pressupunha uma trégua do conflito capital-trabalho” (SILVER, 2005, p.149) a partir da promessa de pleno emprego, de aumento real dos salários, de participação nos lucros e, acima de tudo, de consumo de massa (“o sonho americano”)²⁵. Algo que perdurou até 1973 quando o Toyotismo entrou em cena na competição internacional, superando o

²⁴Ver Silver (2005), cap. 4, p. 125 até 162.

²⁵Ver mais em HARVEY, 1989, p. 121 até 134.

Fordismo na obtenção de lucro e controle, gerando uma nova pressão de lucratividade na indústria automobilística do ocidente (SILVER, 2005).

Além disso, o capital não conseguiu cumprir as suas promessas (citadas no parágrafo acima) nos países emergentes. Nesses países, os quais a indústria automobilística tinha se instalado (ver subseção 3.2) na intenção de explorar uma mão-de-obra barata e “pacífica”, a lógica era a intensa mercadorização do trabalho para assim conseguir manter os acordos firmados no centro do capital, ao mesmo tempo que mantém uma taxa de lucros aceitável. Por consequência, o capital foi perdendo cada vez mais legitimidade, mas dessa vez na periferia do capital – de exemplo, o Brasil a partir de 1980.

2.2.2 Toyotismo (produção “enxuta-e-dual”):

No Japão, o modelo Toyotista de produção foi amadurecendo após a Segunda Guerra Mundial, chegando ao “ápice” em 1980 quando a indústria japonesa começou a dominar o mercado internacional (SILVER, 2005). A Toyota conseguiu “quintuplicar sua produção e, ao mesmo tempo, aumentar em apenas 15% seu quadro funcional entre 1952 e 1957” (SILVER, 2005, p.76). Isso só foi possível, porque os diretores japoneses implementaram “um sistema de terceirização em múltiplas camadas” (SILVER, 2005, p.78) o qual garantia estabilidade para um pequeno grupo principal de trabalhadores enquanto outros grupos eram subcontratados (SILVER, 2005).

Isso possibilitou que os custos de produção fossem reduzidos através da subcontratação, ao mesmo tempo que aumentava a produtividade e o nível de qualidade através da cooperação do grupo principal de trabalhadores, que tinham seus empregos assegurados dentro do modelo (SILVER, 2005)²⁶. Mais do que isso, a Toyota conseguiu evitar demissões em massa e, por conta disso, grandes conflitos entre operários e administração (SILVER, 2005). Essa é a principal razão pela qual as montadoras japonesas não terem enfrentado grandes ondas de insatisfação operária, como ocorreu com as montadoras dos EUA e da Europa Ocidental (SILVER, 2005).

²⁶A estrutura patriarcal das famílias japonesas também foi fundamental para manter altos nível de produtividade e qualidade. Pois, na estrutura patriarcal os homens – chefes de família – representavam os trabalhadores com empregos estáveis enquanto as mulheres e os jovens eram subcontratados; ou seja, a partir do chefe de família o compromisso de cooperação era compartilhado dentro da própria família japonesa. (ver mais em: SILVER, 2005, p. 78 e 79)

Além da terceirização em camadas, o toyotismo também buscou reduzir custos a partir do enxugamento dos estoques. Ou seja, buscou reduzir os níveis de estoque ao mínimo possível, tanto de matérias-primas quanto de seus próprios produtos fabricados; adaptando-se para um sistema de pronto entrega – *just-in-time* (JIT) -, que só foi possível graças as sofisticas tecnologias de transporte e comunicação (HARVEY, 1989).

Tal modelo “enxuto” de produção, possibilitou que a Toyota “sobrevivesse à crise do petróleo e a emergir como um gigante mundial” (SILVER, 2005, p.78). Algo que não seria possível “sem garantias de estabilidade no emprego para a força de trabalho principal” (SILVER, 2005, p.78). Porém, a partir 1960, à “medida que [...] o poder de barganha dos trabalhadores nos estratos inferiores do sistema de terceirização aumentava” (SILVER, 2005, p.79) no Japão, e visando se tornar ainda mais competitiva no mercado internacional, as indústrias automobilísticas japonesas deslocaram os estratos inferiores da terceirização para o Leste e Sudeste Asiático, onde a mão-de-obra era mais barata (SILVER, 2005).

Com isso, a característica dual do sistema, ou seja, o estabelecimento de camadas de trabalhadores assegurados e outra de subcontratados; chegou em “uma nova forma espacial – com a alocação dos estratos inferiores e superiores do sistema de terceirização em diferentes países” (SILVER, 2005, p.79). Tal tendência também foi replicada no ocidente a partir dos anos 70, mas só parcialmente. Isso porque, na transição entre o fordismo para um modelo mais flexível de produção e acumulação, não se manteve, inicialmente, as camadas superiores de trabalhadores assegurados, apenas a subcontratação generalizada e a produção JIT (SILVER, 2005).

2.2.3 Pós-fordismo (“produção enxuta-e-cruel”):

Inicialmente, para situar a discussão precisamos entender o contexto de crise de lucratividade (SILVER, 2005) e a clara “incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo” (HARVEY, 1989, p.135). Como dito anteriormente, os estabelecimentos dos pactos sociais e trabalhistas concedidos no pós-guerra serviram para resolver a crise de legitimidade e ameaça socialista, principalmente na Europa Ocidental; na intenção de “apaziguar” o conflito trabalho-capital (SILVER, 2005; HARVEY, 1989).

De modo parcial, a legitimidade do capital foi mantida, porém, com altos custos. Algo que traduz bem o problema do período seria a “rigidez” do sistema fordista (HARVEY, 1989). No sentido que,

Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invisível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora [...] A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que apareça necessário para manter a economia estável. E, assim, começou a onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra. Por trás de toda a rigidez específica de cada área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo [...] interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantir, a acumulação do capital. (HARVEY, 1989, p.135 e 136)

Esse contexto piorou com a crise do petróleo e com as pressões competitivas geradas pelo modelo enxuto de produção (Toyotismo), que estava obtendo maiores lucros e menores ondas de insatisfação operária no mercado internacional (SILVER, 2005). Em razão disso, na década de 70 e 80 começou uma grande reestruturação social e político-econômica (HARVEY, 1989). Em outras palavras, mais uma rodada de solução tecnológica/organizativa para resolver a crise de lucratividade e controle, retirando do modelo fordista sua rigidez e o transformando em um modelo mais flexível (HARVEY, 1989). Tal flexibilidade bebeu de inspiração do modelo toyotista de produção enxuta (SILVER, 2005).

Como dito anteriormente, a produção enxuta consiste, principalmente: (i) na subcontratação – terceirização e contratos temporários – de trabalhadores, adotando também estratégias espaciais (demarcação de fronteiras e deslocamento espacial); e (ii) enxugamento de estoques produtivos e sistemas de pronto entrega (JIT). A grande diferença é que na adaptação feita pelas corporações dos EUA não foi garantido estabilidade no emprego para um pequeno grupo principal de trabalhadores (SILVER, 2005); por consequência, o “novo” modelo não conseguiu manter os mesmos níveis

de cooperação e qualidade do modelo toyotista, gerando grandes ondas de insatisfação operária contra a precarização generalizada (SILVER, 2005).

Nesse sentido, a “crueldade” desse novo modelo pós-fordismo se traduz em precarizar em todos os níveis as relações trabalhistas e sociais (SILVER, 2005). Nos anos de 1990, a produção “enxuta-e-cruel” (SILVER, 2005, p.75) predominou principalmente nos países pobres de mão-de-obra barata – exemplo: o Brasil, o México e a Tailândia. Entretanto, como argumenta Silver (2005), o capital também se tornou mais vulnerável

Não obstante, ficou claro também que, assim como no caso das soluções espaciais [...] a solução tecnológica da produção enxuta-porém-cruel não oferece solução estável para a insatisfação dos trabalhadores. Na verdade, sem garantias de emprego, as montadoras descobriram que é muito difícil suscitar a cooperação ativa da força de trabalho; dessa maneira, a dinâmica do conflito trabalho-capital permaneceu praticamente igual à do modelo fordista tradicional. [...] Além disso, está claro que os sistemas de terceirização baseados na produção JIT não enfraqueceram o poder de barganha dos operários da Indústria automobilística. Pelo contrário, a produção JIT é ainda mais vulnerável às greves em fábricas de componentes e no transporte do que a produção em massa fordista. (p.76)

Em resumo, Silver (2005) destaca que o enxugamento dos estoques produtivos e o sistema de pronto entrega (JIT), tornaram o capital mais vulnerável a interrupções – como greves, ocupações, etc -; algo que aumentou o poder de barganha dos trabalhadores no local de produção. Junto disso, a redução na necessidade de mais trabalhadores empregados para o funcionamento da produção abriu possibilidade para ação direta de grupos menores de conseguir causar um maior grau de perturbação em larga escala, já que diversos setores produtivos estão conectados globalmente (SILVER, 2005). Portanto, ao passo em que o “tempo de giro [do capital] – que sempre é uma chave da lucratividade capitalista – foi reduzido de modo dramático” (HARVEY, 1989, p.148), a acumulação do capital foi acelerada, e intensificada pela competição internacional, ao ponto de não ser mais capaz de suportar interrupções em seus fluxos – principalmente, por longos períodos de tempo.

Além disso, o modelo de produção enxuta-e-dual (discutido na subseção anterior) encontra também seus próprios limites

Ao menos a família patriarcal (com homens “aristocratas do operariado” ajudando a disciplinar mulheres e jovens) não pode mais funcionar como esteio do sistema. E dado que o dualismo deixa de ser

uma “questão familiar”, suas outras características - gênero, nacionalidade, cidadania, etnia - provavelmente se destacarão como facetas mobilizadoras (em vez de desmobilizadoras) da insatisfação operária. Portanto, ambas as versões da produção enxuta têm contradições e limites. Essas contradições ilustram, nos níveis da empresa e do setor, a tensão permanente que há entre crise de lucratividade e crise de legitimidade. Pressões geradas por protestos de trabalhadores estão forçando as montadoras a proteger um segmento de sua força de trabalho das realidades mais duras de uma economia de mercado mundial desregulada, no esforço de fortalecer a legitimidade da hierarquia trabalho-capital. Mas as intensas pressões competitivas estão criando crises de lucratividade que empurram essas montadoras na direção de medidas de controle de custos que, por sua vez, ameaçam continuamente a profundidade e a extensão dessas proteções. Dadas essas pressões contraditórias, é difícil antecipar qual será o peso relativo das estratégias tipo enxuto- e-cruel e enxuto-e-dual no futuro. (SILVER, 2005, p.79 e 80)

3 MOBILIDADE DE CAPITAL NA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA E O MOVIMENTO OPERÁRIO NO MUNDO (SÉC. XX)

A globalização enquanto fenômeno pode ser difícil de conceitualizar. De certa forma, se pensarmos a globalização como “a ampliação do escopo geográfico das interações sociais de consequência local” (TILLY, 1995, apud SILVER, 2005, p.40), há fortes indícios que o final do séc. XIX foi ainda mais interligado geograficamente do que atualmente - por conta do grande fluxo migratório do final do XIX (SILVER, 2005). Assim como podemos olhar para mobilidade de capital, ou seja, a capacidade que o capital tem para se deslocar de uma região para outra; no sentido de espalhar os seus setores produtivos entre vários países, organizando uma cadeia produtiva complexa e interligada globalmente (HARVEY, 1989).

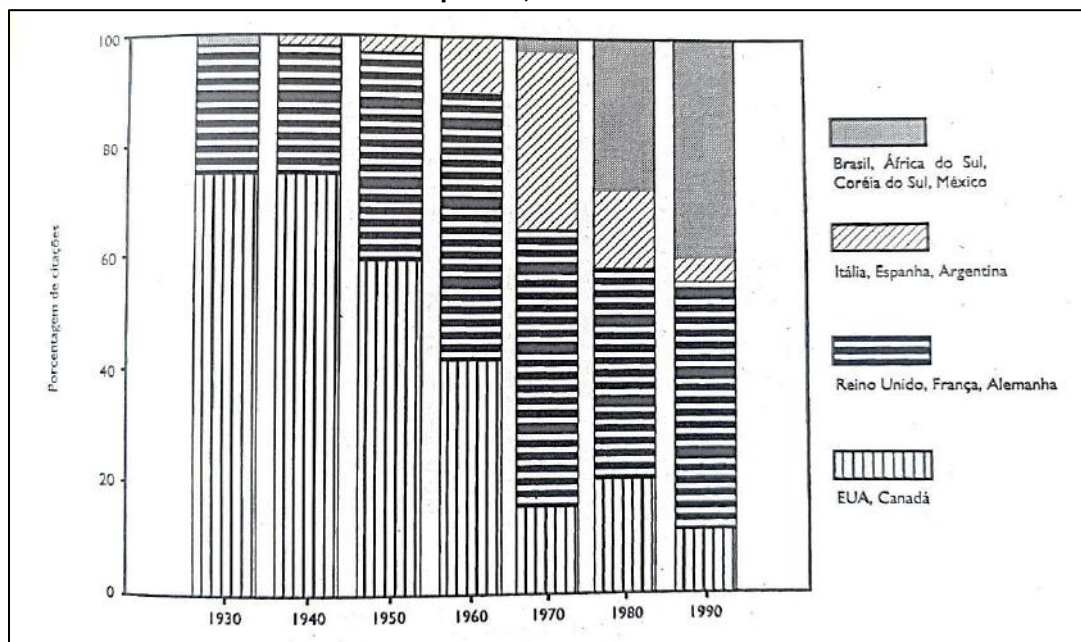
A partir disso, como argumentam os analistas terminais do movimento operários (ver subseção 1.1), a hipermobilidade de capital foi responsável por destruiu a soberania dos Estados a partir do momento que os Estados se tornaram incapazes de controlar os fluxos de capital (SILVER, 2005). Em razão disso, os Estados não conseguiram garantir as proteções sociais (*Welfare State*) e os arranjos democráticos foram enfraquecidos; e aqueles que mantêm tais acordos “correm o risco de serem abandonados em massa por investidores que prospectam o mundo inteiro em busca do maior retorno possível para seus investimentos” (SILVER, 2005, p.22).

O erro dos analistas terminais, para a autora, está em supor que todos os Estados estão perdendo sua soberania (SILVER, 2005). Na verdade, enquanto alguns Estados estão de fato perdendo sua soberania, como é o caso da América Latina,

outros estão reforçando sua soberania – de exemplo: a Europa Ocidental e, principalmente, os EUA (SILVER, 2005). E isso, significativamente, pode representar a volta do imperialismo dos países centrais em relação aos países periféricos.

Nesta seção, iremos demonstrar algo já discutimos no decorrer deste trabalho, que o deslocamento de capital para regiões de mão-de-obra barata e “pacífica” não conseguiu superar a militância operário à longo prazo (SILVER, 2005), ao menos até o período em que a autora conseguiu documentar. Pelo contrário, o deslocamento de capital teria acabado por recriar, na década de 1990, a militância operária em novos locais, aumentando o poder de barganha desses novos trabalhadores; ao passo em que enfraquecia o poder de barganha dos trabalhadores no local de origem (SILVER, 2005).

Figura 3 – “Menções a manifestações de trabalhadores na indústria automobilística dividido entre blocos de países, de 1930 até 1996”



Fonte: Silver (2005, p.55)

Figura 4 – “Picos de agitação trabalhista pelo mundo referente à indústria automobilística, 1930 até 1996”

	1930-34	1935-39	1940-44	1945-49	1950-54	1955-59	1960-64	1965-69	1970-74	1975-79	1980-84	1985-89	1990-96
Estados Unidos		X											
Canadá		X											
Reino Unido						X							
França								X					
Itália								X					
Alemanha									X				
Espanha									X				
Argentina										X			
África do Sul											X		
Brasil											X		
Coreia do Sul												X	

Fonte: Silver (2005, p.56)

A partir das figuras 3 e 4, podemos visualizar um retrato do movimento operário dentro da indústria automobilística (SILVER, 2005). A Figura 3, destaca as “menções”²⁷ a manifestações trabalhistas no setor automobilístico por década e entre blocos de países, mostrando as mudanças no “epicentro” (SILVER, 2005, p.55) da militância trabalhista ao longo do tempo²⁸.

[...] da América do Norte nos anos de 1930 e 1940 para o noroeste (e depois para o sul) da Europa nos anos de 1960 e 1970, e daí para um grupo de países em industrialização acelerada nos anos 1980 e 1990. Mesmo tendo sido objeto da vasta maioria das reportagens sobre agitações operárias nos anos 1930 e 1940 (75% em ambas as décadas), a América do Norte é responsável por uma minoria do total de reportagens (15% e 20%, respectivamente). Diferentemente, a parte do total de manifestações de trabalhadores que cabe ao noroeste da Europa aumenta de 23% nos anos 1930 e 1940 para 39% nos anos de 1950 e quase 50% nos anos de 1960 e 1970, antes de começar a baixar nos anos 1980 e 1990. O grande aumento da participação da Europa meridional acontece nos anos de 1970, indo de 2% nos anos de 1950 para 10% nos anos de 1960 e chegando a 32% nos anos de 1970. A última grande mudança é o aumento do total relativo ao sul, que se desenvolve rapidamente, e cuja participação

²⁷Os onze países incluídos no Gráfico 2.1 [Figura 3] e na Tabela 2.1 [Figura 4] atendem ao seguinte requisito: o número de menções a agitações trabalhistas na indústria automobilística num dado país teria de ser maior que 1% do total de menções na base de dados do WLG, referente à indústria automobilística no mundo inteiro. Ver o Apêndice A para a definição de “menções” e questões correlatas. (SILVER, 2005, p.55, nota 1)

²⁸As menções foram retiradas da base de dados do *World Labor Group* (WLG), que recolhe as manifestações trabalhistas (greves, ocupações de fábricas, protestos etc.) registradas pelo *The Times* e pelo *New York Times* em escalada mundial. Porém, no livro Silver (2005) dá maior destaque para as greves no setor de automóveis.

pula de 3% nos anos de 1970 para 28% nos anos de 1980 e 40% nos anos de 1990. (SILVER, 2005, p.55 e 57)

Já a Figura 4, reforça essa descrição das mudanças geográficas da militância trabalhista, evidenciando os “picos”²⁹ em relação às menções a agitações operárias entre os períodos de 1930 até 1996 (SILVER, 2005). Mesmo entre contextos - sociais, culturais e políticos - bem diferentes entre si, o movimento operário percorreu uma trajetória bem semelhante (SILVER, 2005). As ondas grevistas aconteceram com rapidez e tiveram vitórias bem importantes, sendo que, em muitos casos, encontraram uma grande resistência de empregadores e governos (SILVER, 2005).

Outro fato que se repete, é a tática de ação direta dos operários da indústria automobilística, que optaram por greves de ocupação em vários locais diferentes. Tal tático, conseguiu pressionar significativamente o capital ao ponto obter vitórias para o movimento operário local, algo que pode evidenciar duas coisas correlatas: o aumento do poder de barganha dos trabalhadores no local de produção e a fragilidade do capital a interrupções nos fluxos de produção (SILVER, 2005).

Entretando, podemos encontrar semelhanças também nas estratégias utilizadas pelo capital para lidar com a insatisfação operária (SILVER, 2005).

No curto prazo, a promoção do “sindicalismo responsável” e a institucionalização dos acordos coletivos foram empregados para suscitar a cooperação de líderes sindicais na contenção das interrupções promovidas pelos operários. No curto e médio prazo, o trabalho passou a ser cada vez mais automatizado, e novos investimentos foram direcionados para lugares distantes dos centros de poder dos sindicatos. [...] Os esforços corporativos recorrentes para encontrar uma solução espacial para o problema do controle dos trabalhadores significam que essas ondas culminantes não são apenas uma série de instâncias independentes de um processo mais geral. Pelo contrário, elas estão também ligadas relacionalmente pelo deslocamento sucessivo da produção para longe das forças trabalhistas militantes. (SILVER, 2005, p.58)

Portanto, a partir do estudo de casos – EUA, Europa Ocidental, Brasil, entre outros – a autora atesta isso na prática. Neste trabalho, abordaremos só dois casos explorados por Silver – EUA e Brasil - por falta de tempo e porque o caso Europeu já

²⁹Os períodos de pico (marcos em X na Figura 4) estão indicando os momentos em que ocorre pelo menos 20% das menções a manifestações de trabalhadores nos países. Sendo que, os países selecionados são aqueles que representam pelo menos 1% das menções na base de dados do WLG.

foi contextualizado na discussão do fordismo, não sendo necessário estender mais a discussão.

3.1 Caso dos EUA:

“Em 30 de dezembro 1936, os operários ocuparam as fábricas de carrocerias” (SILVER, 2005, p.58) da General Motors (GM) localizadas em Flint, Michigan/EUA. Isso forçou a GM - uma das maiores corporações dos EUA -, em 12 de março de 1937 (SILVER, 2005), assinar um acordo com o Sindicato de Trabalhadores da Indústria Automobilística (STIA). Esse fato suscitou uma série de ondas grevistas “que levaram a sindicalização às indústrias de produção em massa nos Estados Unidos” (SILVER, 2005, p.58), numa época com grande número de desempregados e com um baixo nível de sindicalização (SILVER, 2005).

Essa conquista trabalhista evidencia que a STIA conseguiu utilizar uma posição estratégica na linha de montagem para paralisar toda cadeia produtiva da mega corporação GM (SILVER, 2005). Não só isso, mas um grupo menor de militantes conseguiu forçar a greve de todo um contingente desorganizado de trabalhadores, a partir da interrupção de um local dentro uma cadeia automatizada e interligada de produção (SILVER, 2005).

[...] assim como a minoria militante era capaz de paralisar a produção de uma fábrica inteira, a fábrica também constituía um elo-chave no império corporativo integrado; assim, uma vez que esta era ocupada, paralisava-se também a corporação. Com a ocupação das fábricas Fisher e da fábrica em Flint [Michigan], que produzia o grosso dos motores Chevrolet, os operários conseguiram alisar toda a produção de carros da GM. A taxa de produção caiu de 50 mil carros por mês em dezembro para apenas 125 na primeira semana de fevereiro. A GM foi forçada a abandonar sua postura anti-sindical e a negociar um contrato de trabalho com o STIA que beneficiava operários de vinte fábricas, a fim de encerrar a greve e reiniciar a produção. (SILVER, 2005, p.59)

Com a vitória da STIA, a GM optou por deslocar a produção para longe da zona de influência do sindicato e da militância trabalhista. Em 1937, “a GM adquiriu uma fábrica de motores em Buffalo para reduzir sua dependência em Flint, e logo depois começou a espalhar a produção por zonas rurais do Sul dos EUA” (RUBENSTEIN, 1992 apud SILVER, 2005, p.59). Algo que não era novo, já que a própria Ford, em 1914, escolheu por concentrar sua produção em Detroit, entre várias razões, pelo

“ambiente anti-sindical imposto com sucesso por meio da campanha ‘fábrica aberta’³⁰, da Associação dos Empregadores de Detroit” (SILVER, 2005, p.59).

Entretanto, o deslocamento da indústria não se limitava somente ao interior dos EUA (SILVER, 2005). No pós-guerra, vários países se tornaram o mais novo foco dos investimentos da indústria automobilística; por mais que a indústria não tenha “abandonado” o solo estadunidense, o maior volume de investimentos estava sendo deslocado para outras regiões, abrindo novas fábricas em outros países (SILVER, 2005).

De forma geral, “o deslocamento da produção (desinvestimento em redutos sindicais), inovações de processos (principalmente automação) e ‘intercâmbio político’ (promoção do sindicalismo ‘responsável’ e repressão do ‘irresponsável’)” (SILVER, 2005, p.59 e 60), eram as principais respostas dos empregadores contra a militância trabalhista e sindical.

No final de 1960, ocorreu uma nova onda de insatisfação trabalhistas, e a STIA protagonizou novos confrontos a partir de uma campanha de pequenas greves de curta duração, mas com grande capacidade de perturbação (SILVER, 2005). Isso levou a indústria a abandonar a promoção do “sindicalismo responsável”, utilizando-se mais fortemente do deslocamento espacial e da automação (SILVER, 2005).

Já em 70, “a GM construiu ou planejou quatorze fábricas no sul dos EUA, de preferência em áreas rurais ou pequenas cidades” (SILVER, 2005); porém, em 79, mais um duro confronto foi travado com a STIA, que conseguiu a extensão dos acordos firmados para todas as fábricas do sul, atrapalhando os planos da GM (SILVER, 2005). Por fim, “as corporações automobilísticas responderam com a intensificação da estratégia já adotada de deslocar a produção para regiões com maiores reservas de mão-de-obra fora dos Estados Unidos” (SILVER, 2005), resultando, em 1980, no enfraquecimento total do poder de barganha dos trabalhadores estadunidenses do setor de automóveis, causado por anos de reestruturação (SILVER, 2005).

3.2 Caso brasileiro:

³⁰Ver nota: SILVER, 2005, p.59

“O ‘milagre econômico’ brasileiro de 1968 e 1974 correspondeu precisamente ao período em que o capitalismo dos países centrais [EUA e Europa Ocidental] procuravam fugir cada vez mais das lutas dos trabalhadores militantes” (SILVER, 2005, p.64). O golpe militar de 64, instalou um regime extremamente repressivo ao movimento trabalhista brasileiro, tornando o Brasil um atrativo bem significativo para os investidores internacionais (SILVER, 2005).

Assim, a partir de 1970 houve uma expansão muito acelerada da indústria automobilística no Brasil.

Em 1974, o país estava entre os dez maiores produtores de veículos. De 1969 a 1974, a produção de veículos cresceu a uma média anual de 20,7%; de 1974 a 1979 (quando a produção despencou nos países centrais, devido à crise do petróleo e à militância trabalhista), a indústria brasileira continuou a crescer 4,5% ao ano (Humphrey, 1982, p.129). Ao mesmo tempo em que reduziam suas operações nos países centrais, as multinacionais investiam pesadamente no Brasil nos anos de 1970: a Ford, por exemplo, investiu mais de US\$ 300 milhões e aumentou sua capacidade fabril em 100% (Humphrey, 1987, p.129). (SILVER, 2005, p.65)

Dessa forma, como foi nos EUA a partir de 1930 e na Europa Ocidental nos 60, os trabalhadores brasileiros da indústria automobilística estavam estrategicamente bem posicionados no setor produtivo das grandes corporações de automóveis (SILVER, 2005). Além disso, como a produção de equipamentos de transporte era bem satisfatória, o setor representava uma grande leva das exportações brasileiras, “chegando a totalizar US\$ 3,9 bilhões em 1988” (Economist Intelligence Unit, 1990 apud SILVER, 2005, p.65). Portanto, greves na indústria brasileira representavam um grande problema para as corporações; e para o governo, que tentava honrar sua dívida externa a partir dos ganhos obtidos através de exportação.

A rápida expansão da indústria em geral, e da automobilística em particular, criou uma nova classe trabalhadora: novas em termos de tamanho e experiência. [...] Nos anos finais da década de 1970, quando os movimentos operários estavam sofrendo derrotas decisivas nos países centrais, um novo movimento sindical surgiu no Brasil, encerrando quase uma década e meia de passividade operária. Uma intensa onda de greves, em 1978, inaugurou um período de ativismo que sobreviveu (e cresceu) ao longo de uma década de repressão e recessão, nos anos de 1980. Os trabalhadores da indústria automobilística brasileira eram o cerne desse novo movimento operário: funcionários de montadoras e metalúrgicos como um todo foram responsáveis por quase metade de todas as greves no período 1978-1986 (Seidman, 1994, p.36). (SILVER, 2005, p.65)

Em maio de 1978, os operários entraram na fábrica da Saab-Scania, mas se recusaram a trabalhar (SILVER, 2005). Da paralização da Scania, outras fábricas de veículos – “Mercedes, Ford, Volkswagen e Chrysler” (SILVER, 2005, p.65) - também paralisaram logo em seguida. Os poucos dias que se seguiram, vários trabalhadores tinham aderido à greve, o que resultou em vitórias significativas para o movimento operário brasileiro: aumento nos salários e “o reconhecimento de sindicatos novos e independentes (não ligados aos sindicatos oficiais, patrocinados pelo Estado)” (SILVER, 2005, p.66).

Em 1982, os principais empregadores já haviam aceitado a inevitabilidade da sindicalização, o envolvimento do sindicato na administração do chão-de-fábrica e os salários crescentes. A Ford foi a primeira a acreditar que a manutenção da disciplina no chão-de-fábrica exigiria a promoção do “sindicalismo responsável”. Em 1981, a montadora reconheceu o direito das comissões de fábrica, composta por trabalhadores eleitos ali mesmo e ligados aos sindicatos independentes [...] A atividade grevista no Brasil atingiu um pico de envolvimento de 9 milhões de trabalhadores, em 1987 (Moreira Alves, 1989, p.67). De 1985 a 1988, os salários reais na indústria da grande São Paulo cresceram em média 10% ao ano (Economist Intelligence Unit, 1990). O movimento grevista, portanto, efetivamente anulou o plano anti-inflacionário do governo, inspirado no FMI (Moreira Alves, 1989, p.67). O novo movimento sindical também teve um papel ativo na promoção de uma democratização mais ampla, especialmente com relação à inclusão de artigos na nova constituição. Esta, promulgada em 1988, deu aos trabalhadores o direito à greve, à formação de sindicatos independentes e à gestão autônoma. Como observa Margaret Keck (1989, p.284), a grande “atenção dada a questões trabalhistas na Assembléia Constituinte [...] é reflexo do aumento do poder político dos trabalhadores no Brasil”. (SILVER, 2005, p.66)

Porém, mas não por acaso, o novo sindicalismo não conseguiu conquistar sua principal pauta que era estabilidade empregatícia garantida em Constituição (SILVER, 2005). Por conta disso, os trabalhadores dos subúrbios de São Paulo acabaram perdendo seus empregos, já que novos investimentos acabaram sendo direcionados para outros locais – de exemplo: a Coreia do Sul (SILVER, 2005). Entre meados de 1980-90, o Brasil deixou de ser o principal foco de investimento estrangeiro; foi só a partir da eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1994, que o investimento

estrangeiro na indústria automobilística brasileira voltou a florescer. Entretanto, com ressalvas

[...] as expansões das montadoras estrangeiras se deram fora do reduto tradicional do sindicato dos metalúrgicos em São Paulo e São Bernardo. Em meados de 1990, anúncio de novos investimentos no Estado do Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Nordeste dividiam espaço com notícias de grandes demissões nas fábricas situadas nos redutos do movimento trabalhista (Brooke, 1994; *New York Times*, 1995; Rodríguez-Pose e Arbix, 2001). Na fábrica da VW em São Bernardo, por exemplo, o número de trabalhadores passou de 40 mil em 1978 para 26 mil em 1996, e presumia-se que continuasse a cair na medida em que a VW estava construindo novas fábricas no interior, em Resende (Rio de Janeiro) e em São Carlos (São Paulo). Da mesma forma, a Fiat construiu uma nova fábrica em Minas Gerais, onde os operários não são organizados e os salários, 40% mais baixos do que em São Bernardo. Como resultado desses processos, o número de filiados no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC caiu de 202 mil em 1987 para 150 mil em 1992 e 130 mil em 1996 (DIEESE, 1995, p. 44; Bradsher, 1997, p. D1; Sedgwick, 1997, p. 3; *Automotive News*, 1996, p. 9; entrevistas da autora com o gerente de recursos humanos da VW São Bernardo e com o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 13 de junho de 1996). (SILVER, 2005, p.67)

4 CONCLUSÃO:

Boa parte da argumentação da Silver (2005) se dá contrariamente às análises terminais do movimento operário. Tanto que, em seu livro, Silver (2005) busca identificar os limites em cada processo de transformação, quais sejam: os sucessivos deslocamentos geográficos, a reestruturação da produção, as mudanças de produto e a financeirização; todos, sem exceção, apresentam suas limitações e contradições. Assim, inevitavelmente, o capitalismo é um sistema gerador de crises e, por onde passou, levou com sigio o conflito capital-trabalho.

Portanto, por mais que as mudanças estruturais tenham, significativamente, enfraquecido o movimento operário ao ponto de reconhecermos uma crise; tais mudanças - político-econômicas e produtivas - podem não ser o suficiente para explicar o contexto geral derrotista do movimento operário no séc. XXI. Por exemplo, dentro dos estudos sobre o movimento operário, existem análises que focalizam as mudanças mais em nível cultural do que econômico (SILVER, 2005). Assim, por exemplo, tentam entender o nível de consciência de classe dentro das ações coletivas. Em outras palavras, se os trabalhadores do século XX, acreditavam de fato que tinham poder para mudar o sistema, logo se mobilizavam em cima dessa crença; o contrário também ocorre, se os trabalhadores do séc. XXI não acreditam que

detenham poder para mudar o sistema, logo não agem no sentido de tentar modificar o sistema (SILVER, 2005). Tal abordagem, propositalmente, não aparece de forma satisfatória no livro da Silver (2005) por conta das escolhas metodológicas adotadas; devido à complexidade da análise macro do movimento operário, a longo prazo e de maneira dinâmica, sendo necessário simplificações (SILVER, 2005).

Além disso, com a destruição (total ou parcial) do projeto social-democrata do *Welfare State*, junto com o crescimento da social-democracia dentro movimento operário a partir do pós-guerra; até que ponto poderíamos reconhecer a crise dos movimentos operários como uma crise no projeto social-democrata? Nesse sentido, Alain Bihl (1991) defende a ideia de que a crise do movimento operário Europeu pode ser entendida como uma crise no projeto social-democrata, que encontrou seus limites dentro das próprias contradições entre interesses antagônicos e lucratividade dos capitalistas.

De toda forma, atualmente no mundo estamos presenciando a volta de movimentos de extrema-direita (neonazistas e fascistas), que conquistaram sua ascensão a partir do arranjo democrático-burguês, seja por vitórias eleitorais ou visibilidade midiática. No Brasil, mais especificamente, o Bolsonarismo representa a ascensão da extrema-direita no cenário político, algo que não se esgotou com a derrota eleitoral de Jair Messias Bolsonaro (PL) em 2022. Pelo contrário, várias outras figuras políticas de extrema-direita estão ascendendo na esfera pública a partir do bolsonarismo; um movimento que, possivelmente, já superou a figura de Bolsonaro.

Nesse cenário, figuras políticas ditas de “esquerda” estão cada vez mais agarradas aos arranjos democrático-burguês, se tornando mais avessas às lutas políticas – ocupações, greves, trancamento de ruas, entre outras. É extremamente comum ouvir da “esquerda institucional”, que ações diretas contestatórias ou lutas por aquisição de direitos estão no mesmo barco que a tentativa de golpe de Estado promovida por bolsonaristas, em 8 de janeiro de 2023. Tal calúnia, não têm só por finalidade deslegitimar o movimento de luta, mas também reprimir. Pelo menos, é o que fica evidente, por exemplo, com a desocupação violenta feita pela Tropa de Choque dentro da UERJ, em 20 de setembro de 2024; a mando da atual reitoria de Gulnar Azevedo e Silva e de Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues³¹. Sendo, que a

³¹A intitulada chapa 10, foi amplamente apoiada pelo PSOL, UP e PSTU, como chapa de oposição a chapa de Ricardo Lodi (PT), que está sendo investigado por possíveis esquemas em “projetos fantasmas” dentro da UERJ.

ocupação foi feita por estudantes que estavam insatisfeitos com a retirada de bolsas permanência através da AEDA 038/2024 (nomeada de “AEDA da Fome”), que foi imposta de maneira unilateral pela reitoria sem diálogo com a comunidade acadêmica.

Além disso, a frente ampla do Partidos dos Trabalhadores (PT) para eleger o atual presidente Lula (PT), contou com o apoio de setores da esquerda e da extrema-direita. Tal coalizão política, além de não derrotar o bolsonarismo – tendo em vista, que o bolsonarismo é um fenômeno que vai além da eleição e da figura de Bolsonaro -, não conseguiu barrar os projetos de precarização neoliberais. Pelo contrário, o atual ministro da fazenda, Fernando Haddad (PT), está propondo diminuir os tetos constitucionais da saúde e da educação visando acomodar os valores ao “novo” arcabouço fiscal. Tal feito poderia ser invejado por Collor (PRN), FHC (PSDB), Temer (MDB) ou Bolsonaro (PL), pois todos tentaram acabar com os tetos constitucionais da saúde e da educação, mas nenhum deles conseguiu.

Além disso, as Parcerias Público-Privadas (PPPs), projeto que consiste em conceder à iniciativa privado um serviço que anteriormente era público, que foram instituídas por Temer através do decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016 foram aprofundadas pelo governo Lula através do decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, que acrescentou educação, saúde e presídios públicos como setores passíveis de serem “privatizados” a partir de PPPs.

Diante disso, o movimento trabalhista brasileiro se encontra em um cenário extremamente difícil. De um lado, apoiar candidaturas ditas de “esquerda” que, ao invés de reverter os projetos de precarização, aprofundam os projetos neoliberais. De outro lado, agir em prol de seus próprios interesses, tentando barrar por conta própria os projetos de precarização através da luta política; porém, sendo duramente reprimidos pelo capital e pelo Estado (tanto em governos de esquerda quanto de direita).

REFERÊNCIAS

BABARTI, V. et. al. CAPTURAS E RESISTÊNCIAS À TERCEIRIZAÇÃO: ESTUDO COM TRABALHADORES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA. **Revista Trabalho (En) Cena. jul./dez**, v. 1, n. 2, p. 110-127, 2016.

BARREIRA, Gabriel; CRUZ, Adriana. **Ex-reitor da Uerj é investigado por gastos de R\$ 640 milhões em 21 projetos com pouca transparência**. G1. Rio de Janeiro, 23 de ago. de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/08/23/ex-reitor-da-uerj-e-investigado-por-gastos-de-r-640-milhoes-em-21-projetos-com-pouca-transparencia.ghtml>. Acesso: 03 out. 2024

BIHR, Alain. **DA GRANDE NOITE À ALTERNATIVA** O movimento operário europeu em crise. 2ª Ed. São Paulo, SP. Editora Boitempo, 1998.

CHEUICHE, Pedro; SANTOS, Carol. **Nova Reitora, Gulnar Azevedo, assume na UERJ: confiar apenas na força da mobilização!** Esquerda Diário. Rio de Janeiro, 22 de jan. de 2024. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Nova-Reitora-Gulnar-Azevedo-assume-na-UERJ-confiar-apenas-na-forca-da-mobilizacao>. Acesso: 03 out. 2024

DALLA, Theo. **PPP dos presídios: uma parceria Lula-Temer-Bolsonaro**. Revista Opera. Brasil, 10 de abr. 2024. Disponível em: <https://revistaopera.operamundi.uol.com.br/2024/04/10/ppp-dos-presidios-uma-parceria-lula-temer-bolsonaro/>. Acesso: 03 out. 2024

ELEIÇÕES UERJ| **O que a eleição para a reitoria na UERJ expressa sobre a estrutura de poder da universidade?** Esquerda Diário. Edição do Dia. Rio de Janeiro, 9 de nov. 2023. Disponível: <https://www.esquerdadiario.com.br/O-que-a-eleicao-para-a-reitoria-na-UERJ-expressa-sobre-a-estrutura-de-poder-da-universidade>. Acesso: 03 out. 2024

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; 42 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014. Primeira Parte: Suplício, Cap. I e II, p. 9 até 73.

FRASES e Retratos | Homenagem aos Mártires de Chicago. Lutafob.org. Brasil, 01 mai. 2019. Disponível em: <https://lutafob.org/frases-e-retratos-homenagem-aos-martires-de-chicago/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 26ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MÁXIMO, Wellton. **Haddad vai propor mudanças no formato de pisos de Saúde e Educação**. Agência Brasil. Brasília, 11 de jun. de 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-06/haddad-propora-lula-mudancas-no-formato-de-pisos-de-saude-e-educacao>. Acesso: 03 out. 2024

MUSSE, Ricardo. David Harvey. Blog da Boitempo. Brasil. 18 dez. 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/18/david-harvey/>. Acesso: 19 jul. 2024

SILVER, Beverly J. **Forças do Trabalho**: Movimento de trabalhadores e globalização desde 1870. 1ª Ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

URGENTE: Reitoria e governo Castro colocam Tropa de Choque na UERJ para reprimir estudantes. Esquerda Diário. Edição do Dia. Rio de Janeiro, 20 de set. de 2024. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/URGENTE-Reitoria-e-governo-Castro-colocam-Tropa-de-Choque-na-UERJ-para-reprimir-estudantes>. Acesso: 03 out. 2024

WIKIPÉDIA. In: WIKIPÉDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2001]. Disponível em: https://es.wikipedia.org/wiki/Monumento_a_los_m%C3%A1rtires_de_Haymarket. Acesso em: 17 jul. 2024.

WRIGHT, Erik Olin. Working-class power, capitalist-class interests, and class compromise. **American Journal of Sociology**, v. 105, n. 4, p. 957-1002, 2000.